

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

BOLSISTA: ANDRÉ LUIZ BRITO SILVA FERREIRA (BOLSISTA EIC)

LINHA DE PESQUISA: PROCESSOS POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA CONTEMPORÂNEA

PERÍODO DA COLETA: 01/10/2023 até 31/10/2023

DATA DA NOTÍCIA: 01/10/2023

Título:Conselhos tutelares: balanço indica mais de 10% de aumento nos votos

Fonte pesquisada: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Link da notícia:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-10/conselhos-tutelares-balanco-indica-mais-de-10-porcento-de-aumento-nos-votos>

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania divulgou, na noite deste domingo (1º), o segundo boletim sobre as eleições dos conselheiros tutelares municipais de 2023. Os dados indicam uma tendência geral de aumento no número de votos nas urnas eletrônicas. No momento da publicação, a maioria dos municípios ainda estava com as apurações em curso e o estado do Rio de Janeiro sequer tinha começado a repassar os dados das apurações municipais.

O secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do MDHC, Cláudio Augusto Vieira da Silva, comentou o resultado positivo da eleição unificada, com o reforço do governo federal para mostrar a importância do trabalho dos conselheiros tutelares na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

"Parece que o aumento vai ser sempre superior a 10%. E isso corresponde com a expectativa de uma eleição facultativa, de uma eleição para um órgão que nem todas as pessoas ainda compreendem a importância e o funcionamento dele. E justifica todo esse esforço feito e que está se comprovando com a participação da sociedade."

O secretário lembrou ainda que o domingo foi marcado por chuvas fortes, em muitos locais do Brasil. "Isso também, claro, atrapalha um pouco a participação facultativa do eleitor ou da eleitora".

De acordo com o balanço parcial do MDHC, até 19h40, o município de Joinville (SC), teve o maior aumento no comparecimento (50%) nas seções eleitorais. Em 2019, na última eleição deste tipo na cidade catarinense, foram registrados 12.684 votos e, neste ano, foram 18.646.

A apuração parcial nos municípios, realizada por aplicativo, aponta também que a primeira capital a concluir a apuração foi Palmas (TO), às 18h26, com o total 23.743 votos, correspondentes a 14% do eleitorado. Com isso, na cidade, o aumento do número de eleitores é de mais de 10%, em relação a 2019.

A primeira localidade a ter os dados consolidados foi a ilha de Fernando de Noronha, distrito de Pernambuco, com 347 votos, correspondentes a 11% do eleitorado. O dobro de participação, quando comparada a 2019.

O secretário Cláudio Vieira adiantou que o MDHC trabalhará para que as novas eleições em municípios que registraram problemas neste domingo ocorram em data única novamente, a ser definida, antes, porém, das posses nos conselhos tutelares municipais, previstas para 10 de janeiro de 2024, com mandatos de quatro anos.

Em entrevista coletiva, o membro auxiliar da Comissão da Infância, Juventude e Educação do Conselho Nacional do Ministério Público e promotor de justiça do Ministério Público de Santa Catarina, João Luiz de Carvalho Botega, comentou a situação dos três municípios onde o eleitor não votou, pois ocorreu a eleição indireta irregular: Uberlândia (MG), Rio Largo (AL) e Santana do Ipananema (AL). Nessas localidades, houve denúncias de que vereadores e até membros dos conselhos tutelar municipais escolheram os novos conselheiros, o que é vetado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela resolução 231, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

O promotor destacou que a confirmação de irregularidades como abusos do uso da máquina pública, do poder religioso, de poder político e/ou poder econômico, pode acarretar na perda da vaga no colegiado municipal. "A população deve denunciar esses fatos, tanto para o Ministério Público, quanto para a Comissão Especial do Processo de Escolha, no município. Todas as condutas vedadas serão apuradas, e caso se comprove que este candidato se beneficiou, que praticou uma conduta vedada, poderá ter sua candidatura cassada, porque se considera que ele não tem idoneidade moral para ocupar um cargo tão importante, que é ser conselheiro tutelar, que está lá na linha de frente no atendimento de crianças e adolescentes".

O promotor catarinense esclareceu, ainda, que de forma inédita, a resolução do Conanda ainda estabelece que o candidato responderá pelos excessos dos seus apoiadores. "É um dever do candidato orientar os seus apoiadores para que não cometam as infrações previstas na resolução".

DATA DA NOTÍCIA: 02/10/2023

Título: Conselho de Segurança da ONU aprova missão internacional no Haiti liderada pelo Quênia

Fonte pesquisada: <https://oglobo.globo.com/>

Link da notícia:

<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/10/02/conselho-de-seguranca-da-onu-votara-sobre-missao-internacional-no-haiti-liderada-pelo-quenia.ghtml>

O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou nesta segunda-feira a criação de uma força internacional para ajudar o Haiti a combater a violência das gangues. A resolução, que será liderada pelo Quênia — a primeira sob o comando de uma nação africana da História —, foi aprovada com 13 votos a favor e duas abstenções, e também impõe um embargo de armas leves, que anteriormente só se aplicava a líderes de gangues sancionados.

A resolução aprovada apela pelo envio de uma “missão multinacional de apoio à segurança” — não oficialmente uma força da ONU — com um “país líder” em coordenação com o governo haitiano. A missão duraria inicialmente um ano, com reavaliação após nove meses.

Seu objetivo é "proporcionar apoio operacional para a polícia haitiana" em sua luta contra as gangues, contribuir para a segurança de escolas, portos, hospitais e aeroportos e "melhorar as condições de segurança no Haiti". A missão terá também como objetivo criar condições para a realização de eleições, que não acontecem no Haiti desde 2016.

A força trabalhará para “adotar medidas temporárias urgentes em caráter excepcional” e, em coordenação com a polícia haitiana, e terá autoridade para efetuar prisões.

Após a aprovação, o ministro das Relações Exteriores do Haiti disse que a decisão é “um vislumbre de esperança”:

— É uma expressão de solidariedade com as pessoas em perigo — afirmou Jean Victor Geneus ao Conselho de Segurança. — É um vislumbre de esperança para as pessoas que há tempo demais sofrem as consequências de uma difícil situação política, socioeconômica, de segurança e humanitária.

No ano passado, o primeiro-ministro haitiano, Ariel Henry, e o secretário-geral da ONU, António Guterres, pediram ajuda internacional para lidar com a crescente crise de segurança no país. No entanto, diante dos desafios enfrentados nas operações de manutenção de paz anteriores no Haiti, foi difícil encontrar uma nação disposta a liderar o esforço.

Apenas no fim de julho deste ano o Quênia anunciou que estaria disposto a assumir o papel de liderança e enviaria um contingente de militares para o país caribenho. A proposta aprovada ontem não especifica o tamanho da missão, embora as discussões tenham girado em torno de uma força de 2 mil soldados.

Dispostos a fornecer apoio logístico, mas não tropas no terreno, os Estados Unidos disseram no mês passado que outros países estavam abertos a contribuir para uma força de segurança multinacional. Na Assembleia Geral da ONU no mês passado, Henry voltou a implorar à comunidade internacional ajuda "urgente" para sua nação.

Há mais de um ano, gangues armadas controlam mais de 80% da capital do Haiti, Porto Príncipe, e outras partes do país, com assassinatos e sequestros frequentes, corpos deixados nas ruas e forças policiais em retirada. De janeiro até a primeira quinzena de agosto deste ano, mais de 2.400 pessoas foram mortas e mais de 950 foram sequestradas, de acordo com a ONU.

Os assassinatos refletem o forte aumento da violência no Haiti após o assassinato do presidente Jovenel Moïse, em 2021, que criou um vácuo de poder na instável nação caribenha. Desde então, as gangues — cujas táticas incluem assassinatos aleatórios, estupros e sequestros — tomaram conta de grandes partes da capital. Em resposta, um movimento de “autodefesa” dos cidadãos uniu-se, desencadeando uma onda de execuções de supostos membros de gangues.

Mas as gangues voltaram a crescer e acredita-se que elas controlem cerca de 80% da capital atualmente. Trabalhadores humanitários estimam que um grande número de pessoas fugiu de suas casas para escapar da violência. Cerca de 200 mil pessoas estão deslocadas em todo o país, a maioria em Porto Príncipe, de acordo com a Organização Internacional para Migração (OIM).

À violência desenfreada, soma-se à crise institucional que assola o país desde antes do magnicídio. O atual primeiro-ministro, nomeado apenas 48 horas antes de Moise ser assassinado, enfrenta dúvidas sobre sua legitimidade — e suspeitas de que possa estar diretamente envolvido no crime.

A ONU enviou uma força militar de intervenção ao Haiti em 2004, em meio a choques entre grupos armados pró e contra o então presidente, Jean Bertrand Aristide. À época, a Minustah, comandada então pelo general brasileiro Augusto Heleno, foi alvo de denúncias de violações de direitos humanos. Ao longo dos anos, o Brasil enviou cerca de 37.500 militares ao país.

Depois de 13 anos, a Minustah chegou ao fim, em 2017, sem deixar instituições sólidas. A ONU foi acusada de ser responsável por dois reveses graves em sua passagem pelo Haiti. A epidemia de cólera, iniciada em 2010, teria sido trazida por militares nepaleses ao contaminarem um rio com dejetos sanitários.

O outro revés envolve casos de estupro, supostamente praticados pelos pacificadores da ONU. Um relatório das Nações Unidas concluiu que 134 agentes do Sri Lanka cometeram abusos contra nove crianças entre 2004 e 2007. A maior parte deles foi removida do país, mas nenhum foi preso.

DATA DA NOTÍCIA: 02/10/2023

Título: Argentina: líder na corrida presidencial, Milei nega número de desaparecidos da ditadura

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/10/02/argentina-lider-na-corrida-presidencial-milei-nega-numero-de-desaparecidos-da-ditadura>

Um dos assuntos que mais mexem com os brios da sociedade argentina são as violações de direitos humanos da ditadura militar. Foi esse o tema escolhido pelo candidato Javier Milei para elevar a temperatura do debate deste domingo (1º), o primeiro antes das eleições presidenciais de 22 de outubro.

"Não foram 30 mil desaparecidos, foram 8.753", disse o candidato de extrema direita que lidera a maioria das pesquisas, subindo o tom de voz pela primeira vez após uma hora de evento. O número oficial é 8.631 mortos e desaparecidos no período de 1976 a 1983 — última e mais brutal etapa ditatorial — segundo o Registro Unificado de Vítimas do Terrorismo de Estado, mas o próprio relatório reconhece que a cifra é subestimada. Entidades de direitos humanos estimam o total em cerca de 30 mil.

Milei também afirmou que há "uma visão torta da história", chamou grupos guerrilheiros de terroristas e acusou pessoas de usar a ideologia dos direitos humanos "para ganhar dinheiro e realizar negócios obscuros".

A candidata Myriam Bregman (esquerda) contestou. "Eu precisaria de quatro ou cinco horas para responder às barbaridades que ouvi", afirmou, acrescentando que "são 30 mil e foi um genocídio". Também foi dela uma das frases mais comentadas nas mídias sociais: "Não é

um leão, é um gatinho mimado do poder econômico", em referência ao animal com que Milei costuma se comparar.

Apesar da intervenção provocativa sobre as vítimas da ditadura, a avaliação geral da imprensa local é de que Milei se apresentou mais comedido que de costume, e que pode ter obtido um bom resultado caso sua intenção fosse consolidar apoios. Quanto aos principais adversários, Sergio Massa (peronista e atual ministro da Economia) buscou apresentar propostas e vender a ideia de um governo de coalizão. Patricia Bullrich (macrista) tentou reforçar a imagem de corajosa e linha-dura.

Ao abordar a hiperinflação e a crise econômica, Massa disse apostar em investimentos nos setores energético, mineiro e agropecuário para inverter a balança comercial e obter mais dólares com exportações. Havia uma expectativa de que revelasse seus nomes cotados para comandar o Ministério da Economia e o Banco Central, mas ele não o fez.

A inflação foi o tema mais presente no debate. Os dois principais candidatos de direita, Milei e Bullrich, propõem, em diferentes graus, uma dolarização da economia, a redução de gastos públicos e a abertura dos mercados. Bullrich criticou a promessa de Milei de fechar o Banco Central dizendo que poucos países não têm bancos centrais, e são todos paraísos fiscais. Mas desviou de perguntas sobre seu plano econômico, o que foi ressaltado pelo adversário.

Massa, por sua vez, procurou se desviar do impopular presidente Alberto Fernández. "Eu tenho claro que a inflação é um problema enorme. Também tenho claro que os erros deste governo causaram danos às pessoas. E por isso, embora eu não fosse parte até assumir como ministro da Economia [em agosto de 2022], peço desculpas".

Analistas consultados por jornais argentinos acham que dificilmente o debate, pelo menos este inicial — haverá outro no próximo domingo —, terá impacto profundo na intenção de voto. Até o momento, todas as pesquisas colocam Milei em primeiro lugar, porém estancado em torno de 35% das intenções de voto, portanto sem chance aparente de vencer no primeiro turno — precisaria de 45% dos votos válidos ou 40% mais uma distância de 10 pontos em relação ao segundo colocado.

A maioria das consultas coloca Massa em segundo lugar, perto dos 30%, e Bullrich em torno de 25%, embora algumas apontem Massa em empate técnico com Milei na liderança e outras enxerguem um crescimento de Bullrich, que poderia estar em empate técnico com Massa na segunda colocação.

Uma delas, divulgada antes do debate, é uma pesquisa do analista anti-kirchnerista Jorge Jacobbe, que coloca Bullrich em segundo lugar, com 27,8%, ante 27,4% de Massa — e 33,9% de Milei. Já uma pesquisa do Centro de Estudos de Opinião Pública da Argentina (CEOP), divulgada também pouco antes do debate, mostra empate técnico entre Milei (34,1%) e Massa (32,2%) — o primeiro parado em relação à sondagem anterior e o segundo, com 1,6 ponto a mais. Bullrich, também estagnada, aparece com 24,9%.

Aparentemente, a eleição está indefinida.

DATA DA NOTÍCIA: 03/10/2023

Título: Papel do Brasil no Haiti deve ser de treinamento policial; enviar tropas não está no horizonte

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/10/03/papel-do-brasil-no-haiti-deve-ser-de-treinamento-policial-enviar-tropas-nao-esta-no-horizonte>

A nova força internacional que será formada para atuar no Haiti não é exatamente uma missão de paz das Nações Unidas, como aquela que o Brasil liderou de 2004 a 2017, conhecida como Minustah. Mas o aval da organização, formalizado nesta segunda-feira (2) por seu Conselho de Segurança, era considerado essencial para dar segurança jurídica aos países envolvidos.

Afinal, o cenário é nebuloso. O Haiti vive um colapso das instituições e grande parte da capital, Porto Príncipe, está sob controle de gangues. Ao menos 2 mil homicídios e mil sequestros foram registrados apenas no primeiro semestre de 2023, segundo estimativas da ONU.

O Brasil foi consultado sobre a possibilidade de voltar a atuar no Haiti. E o governo concordou em fazê-lo, mas sem mandar tropas das Forças Armadas dessa vez. Segundo fontes da diplomacia brasileira, o país está disposto a fornecer apoio logístico e de inteligência, por meio de treinamento à Polícia Nacional do Haiti (PNH). A expectativa é que uma equipe da Polícia Federal visite Porto Príncipe na segunda quinzena de outubro para fazer um diagnóstico sobre as principais necessidades e definir o escopo do trabalho.

Em vez de combater a criminalidade local, como fez durante 13 anos, o Brasil pretende contribuir para que possa haver redução da criminalidade local operada pelo policiamento haitiano. "(Queremos) formar policiais que sejam multiplicadores, para que rapidamente isso alcance o maior número possível de policiais haitianos", disse o delegado Valdecy Urquiza, diretor de Cooperação Internacional da Polícia Federal (PF), à BBC News Brasil.

O fato de o Brasil ter vetado o envio de tropas tem relação com um mal-estar entre uma parte dos generais e o governo Lula, segundo avaliação da cúpula do Palácio do Planalto tornada pública pelo jornalista Jamil Chade. O clima pouco propício, notado desde os primeiros dias da gestão Lula, teria ganhado dimensão após as revelações de que o ex-presidente Jair Bolsonaro teria debatido a possibilidade de um golpe com a cúpula das Forças Armadas. Seria preciso esclarecer essa situação doméstica antes de cogitar enviar tropas ao exterior.

Muitos comandantes brasileiros que lideraram a Minustah, considerada na própria ONU como um equívoco em termos de política externa, tiveram papel importante no governo Bolsonaro, caso de Augusto Heleno, Fernando Azevedo e Silva, Tarcísio de Freitas e Carlos Alberto dos Santos Cruz.

Além da situação doméstica, o governo brasileiro considera que qualquer operação deve ter como foco o desenvolvimento do Haiti, a fim de propiciar resultados concretos. Caso contrário, em poucos anos, a crise voltará. Tem sido assim desde 2017, quando o fim da presença da ONU abriu uma nova etapa de desestabilização, com a explosão de violência e uma disputa pelo poder.

Sem a opção do Brasil, a ONU solicitou que o Canadá assumisse a tarefa. O plano foi estudado. Mas o governo concluiu que o envio de tropas era arriscado e acabou também desistindo. Em seguida, decidiu-se pelo Quênia, que se ofereceu para liderar a força internacional e enviar mil homens. Jamaica, Bahamas e Antígua e Barbuda também indicaram que podem contribuir.

O governo dos Estados Unidos, principal destino dos haitianos que emigram atualmente para fugir da violência, também já anunciou que não enviará soldados. Mas ofereceu apoio médico, de transporte e de inteligência à equipe internacional. O chefe da diplomacia, Anthony Blinken, anunciou que o governo solicitaria ao Congresso um pacote de US\$ 100 milhões para apoiar a missão.

Ao menos desde o assassinato do presidente Jovenel Moïse, em julho de 2021, o Haiti vive uma situação de colapso. Os últimos mandatos de deputados e senadores expiraram no começo de 2023 e não há representantes eleitos nem para o Congresso, nem para a Presidência.

O governo provisório do primeiro-ministro Ariel Henry não vê condições de fazer eleições, dada a falta de segurança. O país possui cerca de dez mil policiais para uma população de quase 12 milhões de pessoas, ou seja, 1.200 cidadãos para cada policial — no estado de São Paulo, a razão é de 556 para 1: são 80 mil PMs para 44,5 milhões de habitantes.

Além disso, quase 5 milhões de pessoas passam fome atualmente. As condições de desabastecimento são agravadas pela atuação das gangues, que dificultam o escoamento da produção agrícola de uma região para a outra do Haiti. No ano passado, uma das facções tomou o controle do principal terminal portuário do país e passou a impedir a chegada de combustível e até mesmo de água potável ao Haiti, que naquele momento enfrentava uma epidemia de cólera.

DATA DA NOTÍCIA: 03/10/2023

Título: Nunes Marques suspende quebras de sigilo de Silvinei Vasques na CPI dos Atos Golpistas

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com/>

Link da notícia:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/10/03/nunes-marques-suspende-quebra-de-sigilo-de-silvinei-vasques-na-cpi-dos-atos-golpistas.ghtml>

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Nunes Marques suspendeu a quebra dos sigilos fiscal, bancário, telefônico e telemático do ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal Silvinei Vasques. A decisão foi assinada em 26 de setembro, mas só veio a público nesta terça-feira (3). Ao suspender as quebras de sigilo, Nunes Marques avaliou que: o requerimento aprovado pela CPI "não está devidamente fundamentado"; que "não foram especificadas as condutas a serem apuradas mediante a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do impetrante, ou mesmo indicada a utilidade da providência"; "o pedido voltado ao fornecimento de listas com informações protegidas por segredo é amplo e genérico, podendo atingir terceiros que não são investigados"; "não há situação concreta relacionada ao impetrante que legitime a suspeita de que ele teria cometido ilícitos ligados aos eventos de 8 de janeiro último"; "a tese segundo a qual a quebra dos sigilos do autor é necessária para a CPMI 'desvelar eventuais informações imprescindíveis para a responsabilização geral dos atos' de 8 de janeiro, por ser embasada em premissa genérica e abstrata, não pode ser acatada"; e "não se logrou externar a conexão supostamente existente entre os dados do impetrante que se pretende reunir e a investigação em curso na CPMI".

Segundo o ministro, "não há prévia definição do escopo específico para a quebra do sigilo".

Nunes Marques afirma que há informações solicitadas "que se fornecidas, representarão evidente risco de violação injustificada da privacidade, e não apenas do impetrante, mas também de terceiros que nem sequer são investigados".

O advogado de Silvinei Vasques, Eduardo Pedro Nostrani Simão, classificou a quebra dos sigilos de Silvinei como "selvageria".

"Hoje o STF deu uma resposta para os que trocaram a política pela politicagem. Ganha o STF que demonstra ser um órgão digno de confiança; ganha o Silvinei que está sendo injustiçado; ganha o Brasil e, principalmente, ganha o Estado de Direito", escreveu, em nota enviada à reportagem.

Em reunião da CPI nesta terça, a relatora dos trabalhos, senadora Eliziane Gama (PSD-MA), criticou a decisão de Nunes Marques. Para Eliziane, a decisão "acaba" com a CPMI e impede os trabalhos da comissão.

"Veja, a decisão impede que essa comissão ao final dos trabalhos não use absolutamente nada referente ao ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal, Silvinei Vasques, não é o recorte de alguma decisão, não é questionar alguma coisa que estivesse fora do escopo da CPMI, ela anula por completo todo um processo de investigação que nós levamos aqui meses a fio", afirmou a senadora.

Ainda, durante a reunião, Eliziane lamentou a decisão e pediu ao ministro Nunes Marques que leve o caso a plenário.

Em nota, a senadora afirmou que buscará "remédios constitucionais e eficazes" contra a decisão, a qual chamou de "intromissão que avilta os trabalhos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados aqui representados por este nobre Colegiado".

DATA DA NOTÍCIA: 03/10/2023

Título: Na Guatemala, população sai às ruas em defesa do presidente eleito: 'golpe contra a democracia'

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/83107/na-guatemala-populacao-sai-as-ruas-em-defesa-do-presidente-eleito-golpe-contr-a-democracia>

Durante a madrugada desta terça-feira (03/10), centenas de guatemaltecos mantiveram as jornadas de manifestação, exigindo respeito à democracia e a renúncia das autoridades que tentaram intervir no processo eleitoral - o qual elegeu Bernardo Arévalo como presidente.

Segundo a agência de notícias TeleSUR, os manifestantes de Ixcán, em Quiché, anunciaram que passariam a noite na ponte Chixoy, que divide os departamentos de Quiché e Alta Verapaz.

Com manifestações em outros 30 pontos em todo o país centro-americano, a greve iniciada nesta segunda-feira (02/10) não tem tempo determinado para seu fim.

Por meio das redes sociais, o presidente eleito afirmou que gostaria de participar das manifestações que ocorrem em frente ao Ministério Público do país.

"Apoiamos as mobilizações de hoje e instamos a população a continuar a manifestar a sua rejeição ao golpe. Continuaremos a levantar as nossas vozes", declarou Arévalo.

O presidente eleito ainda afirmou que, junto com sua vice Karin Herrera, reuniu-se com os magistrados do Tribunal Superior Eleitoral da Guatemala, que têm "sofrido agressão ilegal por parte do Ministério Público". "Precisamos acabar com as tentativas de golpe", declarou.

Em comunicado oficial nesta segunda, o TSE reconheceu que as tentativas do MP guatemalteco são de "criminalização do processo eleitoral e dos cidadãos que intervêm" pelos políticos da população e pelo fortalecimento democrático.

Assim, o TSE também realiza uma campanha contra desinformação que tem perturbado o processo de transição de poder presidencial.

As manifestações contra um possível golpe na Guatemala acontecem após o Ministério Público ter apreendido, no último sábado (30/09) as urnas e atas eleitorais que documentavam os turnos eleitorais realizados, entre 25 de junho e 20 de agosto.

Os documentos indicam a vitória do candidato presidencial do Movimento Semilla, Bernardo Arévalo, que tem sofrido diversas tentativas de impedimento para sua posse, em 14 de janeiro.

A situação do sequestro das urnas e atas fez com que Arévalo interrompesse sua viagem ao México para uma reunião com o presidente Andrés Manuel López Obrador.

No entanto, Arévalo viajou aos Estados Unidos na noite de segunda para retomar a viagem de trabalho programada.

Continuando sua agenda diplomática, em viagem aos EUA, Arévalo reuniu-se com o secretário de Estado Anthony Blinken, que sublinhou seu apoio "a uma transição pacífica de poder e a rejeição daqueles que minam a democracia".

Blinken também declarou-se "ansioso" para trabalhar com a administração de Arévalo "para promover a prosperidade, a estabilidade e a democracia nas Américas".

Diante da situação, o governo brasileiro por meio do Ministério das Relações Exteriores, publicou uma nota, também nesta segunda, reiterando sua preocupação com as "tentativas de questionar o processo eleitoral já concluído, com a eleição internacionalmente reconhecida de Bernardo Arévalo".

Segundo o governo do Brasil, o processo tem sofrido "sucessivas perturbações que têm comprometido o normal andamento do processo de transição de poder na Guatemala".

"O Brasil entende que o respeito às prerrogativas e imunidades das autoridades eleitorais, o cumprimento de suas deliberações e a inviolabilidade da documentação sob sua guarda são garantias indispensáveis ao exercício da democracia representativa", declarou o documento.

O governo ainda exortou as autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário da Guatemala, em compromisso com a Organização dos Estados Americanos (OEA), a cumprirem a vontade popular e garantir a posse de Arévalo.

DATA DA NOTÍCIA: 03/10/2023

Título: STF condena mais três réus por 8 de janeiro, e outras duas esperam por julgamento definitivo

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/10/03/stf-condena-mais-tres-reus-por-8-de-janeiro-e-o-outras-duas-esperam-por-julgamento-definitivo>

O Supremo Tribunal Federal (STF) condenou, nesta segunda-feira (2), mais três réus que estavam sendo julgados pela invasão e depredação das sedes dos três Poderes da República, em Brasília (DF), em 8 de janeiro deste ano. A maioria dos ministros acompanhou o voto de Alexandre de Moraes, que é relator do caso no Supremo. Davis Baek, de 41 anos, residente em São Paulo (SP), foi condenado a 12 anos de prisão. Já João Lucas Vale Giffoni, de 26 anos, morador de Brasília (DF), foi condenado a 14 anos. Por sua vez, Moacir José dos Santos, de 52 anos, morador de Cascavel (PR), foi condenado a 17 anos.

Os ministros estipularam, ainda, indenização de R\$ 30 milhões por danos morais coletivos, a serem pagos coletivamente por todos os condenados. Os réus poderão recorrer das penas e dos valores indenizatórios no próprio STF.

Embora ainda não tenha sido apresentada a sentença final, a condenação de outras duas réus já contava, no domingo (1º), com a maioria dos votos dos ministros. São elas: Jupira Silvana da Cruz Rodrigues, de 57 anos, residente em Betim (MG); e Nilma Lacerda Alves, de 47 anos, de Barreira (BA).

O julgamento das duas foi suspenso por conta de um pedido de destaque apresentado pelo ministro André Mendonça, indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Por conta disso, o julgamento de Jupira e Nilma será concluído em sessão presencial do STF, nos próximos dias.

No início de setembro, o Supremo condenou os quatro primeiros réus pelo 8 de janeiro: Aécio Lúcio Costa Pereira, 51 anos, residente em Diadema (SP); Thiago de Assis Mathar, 43 anos, da cidade de São José do Rio Preto (SP); Moacir José dos Santos, 52 anos, oriundo de Foz do Iguaçu (PR); e Matheus Lima de Carvalho Lázaro, 24 anos, com domicílio em Apucarana (PR).

A Procuradoria-Geral da República (PGR) encaminhou, nesta segunda-feira (2), proposta de acordo de não persecução penal a mais 25 denunciados por incitação aos atos golpistas de 8 de janeiro. Autorizados em agosto deste ano pelo STF, os acordos com a PGR se destinam a pessoas investigadas por crimes que prevêem penas de menos de quatro anos de prisão em regime fechado.

Em rodada anterior de acordos, 301 pessoas já manifestaram interesse em assinar o termo, por meio do qual o réu confessa ter cometido crimes e se compromete a prestar 300 horas de serviços à comunidade e a pagar multa, que varia de R\$ 5 mil a R\$ 50 mil. É obrigatória, ainda, a participação em curso sobre “Democracia, Estado de Direito e Golpe de Estado”, e fica proibida a participação em redes sociais virtuais.

A ação penal permanece suspensa até que o réu cumpra integralmente todas as cláusulas listadas. Contudo, o acordo suspende apenas a ação penal em curso no STF, não tendo efeitos sobre ações nas esferas cível, administrativa ou de improbidade.

Em caso de rescisão ou descumprimento, o processo pode ser retomado pelo STF.

DATA DA NOTÍCIA: 04/10/2023

Título: Universal distribuiu cola com número de candidatos aos conselhos tutelares ligados à igreja

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/10/04/universal-distribuiu-cola-com-numero-de-candidatos-aos-conselhos-tutelares-ligados-a-igreja>

Após o culto das 9h do último domingo (1º), obreiros de duas sedes da Igreja Universal do Reino de Deus em São Paulo (SP) abordaram fiéis com colas eleitorais que indicavam o número dos candidatos aos conselhos tutelares ligados à igreja.

O Brasil de Fato teve acesso a dois vídeos que mostram a ação dos obreiros da Universal nas unidades da rua Antonella de Messina, no Tremembé, e rua Benjamin Pereira, no Jaçanã, ambos na zona norte da capital paulista, orientando os fiéis sobre onde e em quem votar.

Uma das autoras dos vídeos, que prefere não se identificar e que será chamada de Edna Silva, estava na unidade do Tremembé. “Quando acabou o culto, uma obreira entregou na minha mão um envelope com cinco santinhos de candidatos e uma cola com o número e o nome deles”, relatou.

Silva, então, soube que a mesma ação ocorria ali perto, na unidade do Jaçanã, e seguiu para o local. “Lá, eles também distribuíam as colas e uma das obreiras, dentro da igreja mesmo, me explicou até sobre o local de votação, onde eu deveria comparecer para votar”, detalhou.

Ainda de acordo com Silva, durante o culto na igreja, os pastores falaram sobre a importância da eleição dos conselhos tutelares e pediram que os fiéis se comprometessem com os candidatos da igreja.

Para o advogado Alberto Rollo, professor de Direito Eleitoral da Escola Paulista de Direito, a Universal pode ter cometido crime. “Existe uma resolução do Conanda [Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente] que regula a propaganda eleitoral nas eleições de conselheiros tutelares, que não tem o rigor da eleição comum, mas tem regras. Por exemplo, não pode ter patrocínio ou ajuda de pessoa jurídica. A igreja não poderia ajudar”, explica.

Ao analisar as imagens e o depoimento de Edna Silva, Rollo afirmou que é possível “caracterizar abuso de poder econômico ou abuso de poder político” e, até mesmo, impugnar as candidaturas favorecidas pela igreja.

“Isso fica sujeito a uma representação no conselho, com provas e depoimentos. Se ficar comprovado que esses candidatos foram beneficiados por condutas ilegais, daria para cassar essas candidaturas”, encerra Rollo.

DATA DA NOTÍCIA: 04/10/2023

Título: Exército da Colômbia se desculpa por esconder assassinatos de civis nos tempos de Uribe

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/10/04/exercito-da-colombia-se-desculpa-por-esconder-assassinatos-de-civis-nos-tempos-de-uribe>

Na Colômbia dos anos 2000, tempos do governo de Álvaro Uribe (2002-2010), o Exército tinha o hábito de pegar os corpos de civis assassinados e vesti-los como guerrilheiros, para poder contabilizá-los como baixas inimigas em cenários montados para simular combates, e assim cumprir suas metas, além de ocultar o fato de que inocentes haviam perdido suas vidas. Nesta terça-feira (3), o Exército pediu perdão.

A política linha-dura de Uribe previa premiações em dinheiro, promoções e outros benefícios para os oficiais eficazes. Eles armavam arapucas que, muitas vezes, matavam civis em vez de guerrilheiros. Assim surgiram os chamados "falsos positivos", possivelmente o maior escândalo envolvendo militares em mais de meio século de conflito armado na Colômbia.

Em 2008, uma operação do tipo foi desmascarada. Familiares de 19 jovens assassinados denunciaram os militares responsáveis e provaram que as vítimas não faziam parte de organizações armadas. Denúncias similares passaram a surgir e hoje sabe-se que pelo menos 6.402 pessoas foram assassinadas como parte dessa estratégia, segundo a JEP (Justiça Especial para a Paz), um tribunal criado a partir do acordo entre o Estado colombiano e a extinta guerrilha Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia).

Daquelas 19 vítimas, a mais jovem é Deiby Julián Pisa, rapaz que tinha 14 anos quando foi morto. Sua mãe, María Teresa Gil, não aceita desculpas, especialmente se não saírem da boca de quem ela considera os principais responsáveis: Juan Manuel Santos e Álvaro Uribe, respectivamente, ministro da Defesa e presidente da República na época do crime.

Assim como ela, mulheres detalharam os casos de outras vítimas durante a solenidade de pedido de perdão, ocorrida em Bogotá. Os presentes, incluindo autoridades do governo lideradas pelo ministro da Defesa, Ivan Velásquez, membros de organizações sociais e representantes da comunidade internacional, as ouviram em silêncio. Gritos vindos de trás das cercas que rodeavam o local revelavam que mais pessoas queriam ter seus depoimentos ouvidos naquele evento sem precedentes.

Depois de darem seus depoimentos, as mães, irmãs e filhas se juntaram ao palco para cantar com a artista Diana Ángel e o cantor César López. Nenhuma delas abandonou as palavras de ordem que as identificam: "Eles não estão, eles foram mortos"; "Eles não são falsos, nem positivos", este último uma crítica ao eufemismo de chamar de "falso positivo" algo que na verdade é um crime de Estado.

Familiares das vítimas exigiram saber quem deu a ordem para assassinar os civis. Organizações de direitos humanos cobram essa investigação. Comandantes do Exército negam que a ação tenha sido sistemática. Alguns militares chegaram a dizer que os relatos eram invenções de organizações da esquerda para deslegitimar as forças de segurança.

Em confissões à JEP, militares aposentados contaram como seduziam jovens com ofertas de trabalho para depois matá-los a centenas de quilômetros de suas casas. A maioria das

vítimas de Bogotá e Soacha foi levada para Santander, um estado na fronteira com a Venezuela.

Alguns alegam que foram pressionados por seus superiores e acusam o general Mario Montoya, chefe do Exército de 2006 a 2008, de estimular os crimes.

"Não é um dia fácil", declarou o presidente Gustavo Petro, que pediu perdão formalmente em nome do Estado colombiano durante o ato. "Nunca mais devemos falar em 'falsos positivos', uma expressão que esconde a verdade", disse ao se referir a esses fatos, .

"Reconhecemos que ocorreram eventos dolorosos cometidos por membros do Exército Nacional e que nunca deveriam ter acontecido", afirmou o general Luis Ospina, comandante da força. O militar disse que os assassinos e seus cúmplices "mancharam a legitimidade" do Exército.

DATA DA NOTÍCIA: 05/10/2023

Título: Partido governista boliviano confirma candidatura de Evo Morales e afastamento de Luís Arce

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/10/05/partido-governista-boliviano-confirma-candidatura-de-evo-morales-e-afastamento-de-luis-arce>

A divergência no grupo político que governa a Bolívia se tornou oficial. O presidente Luís Arce e o vice David Choquehuanca não fazem mais parte do partido MAS (Movimento ao Socialismo), que ratificou a decisão, anunciada informalmente no último dia 24, de apresentar o ex-presidente Evo Morales (2006-2019) como seu candidato nas eleições de 2025.

O MAS realizou seu décimo congresso nos últimos dois dias, na cidade de Lauca Ñ, numa região de cultivo de coca no centro do país. Na ocasião, o partido decretou a "autoexpulsão" de Arce e Choquehuanca, por não terem comparecido ao encontro, e de outros 20 deputados alinhados ao governo Arce.

Na terça-feira (3), dia da inauguração do congresso, Arce apareceu de surpresa numa reunião de agricultores em La Paz. Explicou que não iria a Lauca Ñ porque a convocação havia tirado espaço de várias organizações sociais, como a poderosa Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Rurais, enquanto a representação do aparato do partido cresceu significativamente. Ou seja, uma regra que teria sido feita sob medida para Morales e serviu de justificativa para líderes sociais alinhados com Arce desconhecerem o evento e convocarem seu próprio congresso para 17 de outubro.

O grupo de seguidores de Arce questionou a legitimidade do congresso perante o Tribunal Constitucional, que ordenou sua suspensão poucas horas antes de seu término. Morales expressou preocupação em suas redes sociais com uma suposta intervenção policial em curso, que não ocorreu. "Infelizmente, o governo de Lucho e David, pior do que os governos neoliberais, até o último momento quis adiar o congresso", disse o ex-presidente em seu discurso.

"Continuamos fazendo história nacional e internacional. O MAS vai recuperar a revolução para salvar a pátria novamente", discursou Morales.

No X (antigo Twitter), Evo postou: "A unidade, determinação, consciência e dignidade dos membros do MAS prevaleceram sobre os atos desesperados que tentaram em vão sabotar, até mesmo ameaçar nossas vidas, e usar alguns juízes politicamente para nos fazer fracassar. A força do povo é imparável e invencível, irmãs e irmãos".

A decisão do Tribunal Constitucional pode tornar as resoluções do congresso sem validade do ponto de vista legal. O MAS não teria cumprido o requisito de renovação de sua liderança exigido pela lei eleitoral, o que colocaria em risco sua existência legal. Uma comissão de advogados de Morales disse à imprensa que a decisão do Tribunal Constitucional era "fraudulenta" e não teria efeito legal.

Se a decisão do Tribunal Constitucional prevalecer, o Tribunal Eleitoral terá de conceder um prazo para que o MAS organize novo congresso e escolha outra liderança. Ou então anular o partido, o que poderia ter consequências políticas imprevisíveis.

No congresso do MAS, centenas de líderes vestidos com a cor azul do partido, trajando camisetas e bonés com a imagem de Morales, o proclamaram como "líder indiscutível". Simultaneamente, os agricultores reunidos com Arce o chamavam de "acadêmico", "estudioso" e "o maior cientista da América do Sul na área econômica".

O que está em jogo é uma disputa para decidir quem será o candidato dos setores populares e indígenas. De acordo com o último censo da Bolívia, 40,6% da população se declara indígena. Morales foi o primeiro presidente representativo dessa parcela da população. Ele chegou ao poder após um processo de empobrecimento da população — entre 1998 e 2002, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita caiu 20% e o desemprego dobrou — e liderou um processo de redistribuição de renda.

Morales deixou o poder depois de sofrer um golpe de Estado em 2019. Após o governo provisório de Jeanine Áñez, que hoje está presa, Luis Arce, que havia sido ministro da Economia do governo Morales, foi eleito presidente em 2020.

DATA DA NOTÍCIA: 06/10/2023

Título: Haiti precisa de assistência, não militares: Cuba rejeita intervenção estrangeira aprovada pela ONU

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/83169/haiti-precisa-de-assistencia-nao-militares-cuba-rejeita-intervencao-estrangeira-aprovada-pela-onu>

O Governo de Cuba rejeitou nesta quinta-feira (05/10) a intervenção militar estrangeira aprovada pelas Nações Unidas contra o Haiti, afirmando que o país caribenho precisa de "melhor e mais assistência e cooperação internacional".

A declaração de Cuba ocorreu depois que o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou, nesta segunda-feira (02/10), uma resolução autorizando o envio do que chamou

de Missão Multinacional de Apoio à Segurança no Haiti, “cujas tropas poderão usar a força dentro do seu âmbito de ação”.

“A principal tarefa pendente da comunidade internacional com o Haiti não é enviar um contingente militar”, argumenta o país caribenho, afirmando que nesse tipo de intervenção é comum que a soberania do país não seja respeitada.

O comunicado do Ministério das Relações Exteriores cubano recorda que o Haiti “sofre de uma grave situação humanitária e de segurança, que agrava a instabilidade social e a pobreza” por causa dos “séculos de colonialismo e neocolonialismo, subdesenvolvimento e intervenção estrangeira”.

Assim, expressa que “a comunidade internacional tem uma enorme dívida moral” com o Haiti, um país que, segundo Havana, “precisa de mais recursos financeiros para o seu desenvolvimento e reconstrução”.

No lugar da intervenção militar estrangeira, Cuba defende que o Haiti tenha “uma solução pacífica e sustentável para os enormes desafios que enfrenta, com base no pleno respeito pela sua soberania”.

O país caribenho apelou para que a Comunidade do Caribe (Caricom) posicione-se a favor de uma estratégia de desenvolvimento a longo prazo no Haiti.

A chancelaria cubana ainda exaltou a história do Haiti, como “o primeiro país latino-americano e caribenho a revoltar-se contra o colonialismo europeu, a alcançar a sua independência e a abolir a escravatura no Hemisfério Ocidental”.

As relações entre Havana e Porto Príncipe têm sido de cooperação, em especial na saúde pública. O Ministério das Relações Exteriores de Cuba mencionou que, desde 1988, tem mantido “uma brigada de profissionais e técnicos de saúde no Haiti, para apoiar incondicionalmente seu povo, inclusive durante o impacto de eventos meteorológicos e sísmicos, o surto de cólera e a pandemia de covid-19”.

DATA DA NOTÍCIA: 10/10/2023

Título: Comissão da Câmara aprova projeto que proíbe casamento homoafetivo

Fonte pesquisada: <https://agenciabrasil.abc.com.br>

Link da notícia:

<https://agenciabrasil.abc.com.br/politica/noticia/2023-10/comissao-da-camara-aprova-projeto-que-proibe-casamento-homoafetivo>

O projeto de lei que proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo foi aprovado por 12 votos contra cinco nesta terça-feira (10) na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados. O texto ainda precisa ser analisado pelas comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Constituição e Justiça (CCJ) antes de ir ao plenário da Casa.

O relator, deputado Pastor Eurico (PL-PE), apresentou novo substitutivo com alterações no texto anterior. Apesar das mudanças, o projeto manteve a proibição expressa de casamento entre pessoas do mesmo sexo, alterando o Código Civil.

No parecer, o texto do projeto “estabelece que nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode equiparar-se ao casamento, à união estável e à entidade familiar”.

Em 2011, o casamento homoafetivo foi considerado constitucional e regulamentado por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Na decisão, a Corte reconheceu que o Artigo 5º da Constituição, ao definir que todos são iguais perante a lei "sem distinção de qualquer natureza", garante o direito ao casamento para casais do mesmo sexo.

O parecer do deputado Pastor Eurico, por sua vez, defende que o casamento homoafetivo não deve ter o mesmo status jurídico do casamento entre homem e mulher, porque a relação entre pessoas do mesmo sexo “não proporciona à sociedade a eficácia especial da procriação, que justifica a regulamentação na forma de casamento e a sua consequente proteção especial pelo Estado”.

O argumento do deputado Pastor Eurico é o de que, por não procriarem, “as relações homossexuais não proporcionam o ganho social” e, por isso, não podem contribuir “para a substituição geracional”.

O parlamentar ainda cita o Artigo 266 da Constituição, que define que a união estável é reconhecida entre homem e mulher.

O projeto foi duramente criticado por parte dos parlamentares que, em protesto, chegaram a abandonar a sessão em determinado momento. A deputada Laura Carneiro (PSD-RJ) lamentou que o projeto retire direitos da população LGBTI+.

“Estamos falando de 80 mil famílias que se casaram, de milhares de pessoas que têm direito a essa relação, que querem receber todos os auxílios, querem receber sua previdência e todos os direitos civis. Um casal não pode usar o plano de saúde do outro. Que país é esse que estamos construindo?”, questionou.

No parecer substitutivo o deputado acrescentou que “a interpretação de casamento e união estável e de seus requisitos neste código são de interpretação estrita, não sendo admitidas extensões analógicas”.

Além de proibir o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o texto aprovado inclui no Código Civil que a legislação não pode interferir “nos critérios e requisitos do casamento religioso, definição esta que compete a cada entidade religiosa, sendo vedado qualquer constrangimento a Ministro de Confissão religiosa, bem como qualquer violação às normas de seus Templos”.

O relator chegou a introduzir uma novidade em seu parecer ao incluir no texto a proposta de um novo capítulo no Código Civil intitulado “Da Sociedade de Vida em Comum”, mas voltou atrás e retirou esse trecho.

Os artigos sugeridos regulamentavam os contratos para repartição patrimonial e de bens de pessoas que mantém “relação de mútua convivência e mútua dependência em qualquer situação diversa daquelas constantes do Artigo 226 da Constituição Federal, distinguindo-se dos institutos do casamento”.

Inicialmente, o deputado Pastor Eurico argumentou que os novos incisos buscaram atender as demandas dos deputados contrários à matéria ao permitir que casais do mesmo sexo estabeleçam, por contrato, as regras sobre seus direitos patrimoniais. Porém, o tema gerou desconforto entre os deputados favoráveis ao projeto inicial. Com isso, a sessão foi suspensa por 30 minutos e o trecho do capítulo “Da Sociedade de Vida em Comum” foi suprimido do relatório final.

Para a deputada Laura Carneiro, a mudança ocorreu porque a comissão percebeu que os novos incisos permitiriam a formalização de configurações de relações amorosas com mais de duas pessoas, chamada de poliamor. “Depois que leram repararam que se manifestava o poliamor. Era possível o poliamor no substitutivo de hoje [terça-feira] de manhã. Uma hora depois vem novo substitutivo”, destacou.

DATA DA NOTÍCIA: 15/10/2023

Título: Daniel Noboa, empresário de 35 anos, será o novo presidente do Equador

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/10/15/daniel-noboa-empresario-de-35-anos-sera-o-novo-presidente-do-equador>

O apelo ao que seria um “novo Equador” foi mais forte que a proposta de retomar o caminho traçado pelo ex-presidente Rafael Correa (2007-2017) na eleição antecipada para a presidência do Equador, que teve o segundo turno neste domingo (15).

Com 89,29% das urnas apuradas, o candidato empresário Daniel Noboa, da Ação Democrática Nacional, obteve 52,3% dos votos válidos (4.809.867), ante 47,7% (4.386.874) da correísta Luisa González, da Revolução Cidadã, segundo o Conselho Nacional Eleitoral.

A essa altura, González já reconhecia a derrota. "Esse é um projeto político de país, que busca melhores dias para os equatorianos. Aos que não votaram na gente, nossos cumprimentos, porque ganhou o candidato que vocês elegeram", afirmou a candidata. "Jamais sairemos gritando 'fraude'." Ela agradeceu "ao povo equatoriano, aos milhares de cidadãos que caminharam ao nosso lado". E estendeu a mão ao presidente eleito. "Chega de ódio, de polarização. O Equador precisa se curar. (O vencedor) pode contar conosco para um acordo comum, de pátria".

Daniel Noboa, que será o presidente mais jovem da história do Equador, aos 35 anos, terá assim a chance de mostrar uma característica que propôs durante a campanha, de ser um caminho intermediário entre a Revolução Cidadã, a única coalizão de esquerda a disputar esta eleição, e a oposição a ela, representada pela maioria dos demais candidatos. Na hora de votar, ele postou na rede social X (antigo Twitter) que “é hora de esperança, de mudança, de um novo Equador”.

Noboa é filho de dois políticos conhecidos no Equador: Alvaro Noboa, um dos homens mais ricos do país e candidato presidencial em cinco ocasiões, e Anabella Azín, médica, deputada e legisladora da última constituinte, em 2007. É empresário e novato na política. Foi eleito pela primeira vez em 2021, para o cargo de deputado. Defende uma plataforma liberal e propõe administrar o país com a participação do setor privado.

A eleição presidencial transcorreu sem nenhum incidente grave e a participação foi de 82,33% do eleitorado, ligeiramente superior à do primeiro turno. Cercada de expectativa por causa da onda de violência sem precedentes que acomete o país, a votação contou com um efetivo de segurança formado por mais de 90 mil agentes da Polícia Nacional e das Forças Armadas. Antes do primeiro turno, o candidato Fernando Villavicencio foi assassinado pelo crime organizado.

Os dois candidatos votaram trajando colete à prova de balas e cercados por forte aparato de segurança. O ministro do Interior, Juan Zapata, pediu aos cidadãos que fossem às urnas e confiassem no esquema de proteção montado pelo governo.

Noboa deve assumir o cargo em dezembro e terá mandato até maio de 2025, data na qual originalmente se encerraria o governo de Guillermo Lasso, que dissolveu a Assembleia Nacional e antecipou a eleição no contexto de uma disputa com o Legislativo, que pretendia tirá-lo do cargo sob acusação de corrupção.

“A partir desta terça-feira (17), estaremos prontos para iniciar imediatamente um processo de transição, permitindo que as novas autoridades compreendam a situação do país e os projetos em andamento em várias áreas”, afirmou Lasso.

Com a votação deste domingo, chega ao fim um período eleitoral atípico, com um nível de violência sem precedentes na história do Equador, país tradicionalmente pacífico e seguro. A escalada de violência é patrocinada pelo crime organizado representado prioritariamente pelo narcotráfico.

Políticos foram assassinados durante a campanha, inclusive um dos candidatos à presidência, Fernando Villavicencio.

Por causa desse contexto, a cientista política equatoriana Maria Villareal disse, ainda no primeiro turno, que o simples fato de a eleição ter transcorrido calmamente, com alta participação do eleitorado (81%), e de todos os candidatos terem reconhecido o resultado, representou uma expressiva “vitória da democracia”.

Na ocasião, além da passagem de Luisa González e Daniel Noboa para o segundo turno, a população do Equador decidiu em referendo suspender a exploração de petróleo em uma área de floresta amazônica na fronteira com o Peru.

DATA DA NOTÍCIA: 16/10/2023

Título: Venezuela: governo e oposição retomam mesa de diálogo; fim das sanções e eleições estão no horizonte

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/10/16/venezuela-governo-e-oposicao-retomam-mesa-de-dialogo-fim-das-sancoes-e-eleicoes-estao-no-horizonte>

O governo e a oposição da Venezuela devem voltar à mesa de diálogo que estava travada desde novembro do ano passado. O anúncio foi feito nesta segunda-feira (16) pela Noruega, país mediador do processo.

Em comunicado, a embaixada da Noruega no México, que vinha sendo sede dos diálogos, afirmou que ambas delegações devem se reunir em Bridgetown, capital de Barbados, nesta terça-feira (17).

A retomada de negociações entre o governo do presidente Nicolás Maduro e o setor extremista da oposição de direita da Venezuela é vista pelas partes como elemento central para a eliminação de sanções e a definição de um cronograma eleitoral para o próximo pleito presidencial que deve ocorrer em 2024.

Na última vez em que as delegações se reuniram, em novembro de 2022, os opositores se comprometeram a liberar US\$ 3 bilhões que pertencem ao Estado venezuelano e que estão bloqueados pelos EUA em contas estrangeiras. Caracas, no entanto, denuncia que a oposição apoiada por Washington não cumpriu o acordo, o que fez com que o governo se retirasse do processo de negociações.

Desde então, os únicos alívios de sanções alcançados pela Venezuela resultaram de negociações diretas entre Caracas e Washington, como o retorno da gigante energética Chevron ao país sul-americano em dezembro.

Já a oposição perdeu sua liderança aglutinadora, o ex-presidente autoproclamado Juan Guaidó, e aposta em eleições primárias para tentar definir um candidato presidencial unificado para o próximo pleito. Entretanto, a desistência de candidatos como o ex-governador do estado de Miranda, Henrique Capriles, e o governador do estado de Zulia, Manuel Rosales, enfraqueceram o processo e dividiram ainda mais o já fracionado campo da direita.

Segundo pesquisas, o favoritismo segue com a ultraliberal Maria Corina Machado que adota um discurso abertamente hostil e anti-comunista para rivalizar com o chavismo. Machado, no entanto, está inabilitada de ocupar cargos públicos desde 2015, fruto de um processo classificado por ela como "perseguição política". Segundo a Controladoria-Geral da República, a opositora sofreu a sanção após irregularidades em sua declaração de patrimônio apresentada durante o período em que foi deputada no Parlamento (2011 - 2014).

Segundo o jornal Washington Post, os EUA se preparam para aliviar sanções contra a indústria petrolífera venezuelana caso as delegações cheguem a um acordo nesta terça-feira.

Desde 2019, a estatal petrolífera da Venezuela PDVSA é alvo de um bloqueio determinado pela Casa Branca que praticamente a impediu de negociar com outros países, o que levou a uma redução de 98% dos ingressos em dólares na Venezuela, segundo dados oficiais. Por isso, a suspensão das sanções contra o setor energético é visto por Caracas como fundamental para melhorar suas condições de disputa eleitoral no próximo ano.

Ainda de acordo com o jornal estadunidense, é possível que governo e oposição negociem a suspensão de inabilitações de pré-candidatos opositores, o que poderia abrir caminho para que figuras como Machado e Capriles sejam candidatos elegíveis para o próximo pleito.

DATA DA NOTÍCIA: 17/10/2023

Título: TSE absolve Bolsonaro em ação por abuso de poder nas eleições de 2022

Fonte pesquisada: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Link da notícia:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-10/tse-absolve-bolsonaro-em-acao-por-abuso-de-poder-nas-eleicoes-de-2022>

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) absolveu nesta terça-feira (17) o ex-presidente Jair Bolsonaro em uma das três ações nas quais ele é acusado de abuso de poder político durante a campanha eleitoral de 2022.

Bolsonaro é alvo de três processos por supostas irregularidades eleitorais ao realizar transmissões ao vivo (*lives*) pelas redes sociais durante o período eleitoral. O julgamento foi motivado por duas ações protocoladas pelo PDT e pelas federações do PT e PSOL.

Para o relator, ministro Benedito Gonçalves, na primeira ação julgada, não ficou comprovado que a estrutura pública foi utilizada pelo ex-presidente. "Não ficou comprovada que a *live* foi realizada nas dependências do Palácio do Planalto. O cenário contém apenas uma parede branca", ressaltou o ministro.

A ação trata de uma live realizada em 18 de agosto do ano passado. Segundo o PDT, Bolsonaro usou a estrutura da Presidência para pedir votos para sua candidatura e para aliados políticos que também disputavam as eleições, chegando a mostrar os "santinhos" das campanhas. O entendimento pela absolvição também foi seguido pelos ministros Raul Araújo, Floriano de Azevedo, Ramos Tavares, Cármen Lúcia, Nunes Marques e o presidente da corte eleitoral, Alexandre de Moraes.

A sessão prossegue para o julgamento de mais dois processos.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) absolveu nesta terça-feira (17) o ex-presidente Jair Bolsonaro em uma das três ações nas quais ele é acusado de abuso de poder político durante a campanha eleitoral de 2022.

Bolsonaro é alvo de três processos por supostas irregularidades eleitorais ao realizar transmissões ao vivo (*lives*) pelas redes sociais durante o período eleitoral. O julgamento foi motivado por duas ações protocoladas pelo PDT e pelas federações do PT e PSOL.

Para o relator, ministro Benedito Gonçalves, na primeira ação julgada, não ficou comprovado que a estrutura pública foi utilizada pelo ex-presidente. "Não ficou comprovada que a *live* foi realizada nas dependências do Palácio do Planalto. O cenário contém apenas uma parede branca", ressaltou o ministro.

A ação trata de uma live realizada em 18 de agosto do ano passado. Segundo o PDT, Bolsonaro usou a estrutura da Presidência para pedir votos para sua candidatura e para aliados políticos que também disputavam as eleições, chegando a mostrar os "santinhos" das campanhas.

O entendimento pela absolvição também foi seguido pelos ministros Raul Araújo, Floriano de Azevedo, Ramos Tavares, Cármen Lúcia, Nunes Marques e o presidente da corte eleitoral, Alexandre de Moraes.

A sessão prossegue para o julgamento de mais dois processos.

No primeiro dia de julgamento, o advogado Tarcísio Vieira de Carvalho, representante de Bolsonaro, questionou a legalidade da análise conjunta das três ações e afirmou que a medida prejudica a defesa.

Sobre a realização das *lives*, o advogado afirmou que não foi usada a estrutura estatal. Segundo o defensor, as transmissões foram feitas por meio das redes privadas de Bolsonaro.

Em junho, o ex-presidente foi condenado pela corte eleitoral à inelegibilidade por oito anos por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação. Bolsonaro protagonizou uma reunião com embaixadores, em julho do ano passado, no Palácio da Alvorada, onde atacou o sistema eletrônico de votação. O general Braga Netto foi absolvido no julgamento por não ter participado do encontro, mas também é alvo do novo julgamento.

DATA DA NOTÍCIA: 17/10/2023

Título: Eleições na Argentina: na reta final da campanha, peso agoniza frente ao dólar e inflação dispara de vez

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/10/17/eleicoes-na-argentina-na-reta-final-da-campanha-peso-agoniza-frente-ao-dolar-e-inflacao-dispara-de-vez>

A Argentina conta os dias para a eleição presidencial do próximo domingo (22) num momento em que a crise socioeconômica atinge um nível particularmente dramático, mesmo para um país habituado a conviver com esse tipo de situação.

O valor do peso despenca frente ao dólar, a inflação dispara de forma descontrolada e a população vê seu poder de compra cada vez menor. Tudo isso num contexto em que o candidato mais cotado para vencer propõe acabar com a moeda nacional e adotar de vez o dólar como dinheiro corrente, como fez o Equador.

Javier Milei, um economista ultraliberal que venceu as primárias, é o candidato que defende a dolarização. Na última semana, ele chegou a comparar o valor do peso a “excremento”, numa das várias frases de efeito proferidas durante a campanha.

Seus adversários principais são o peronista Sergio Massa, atual ministro da Economia, que carrega o fardo pela situação econômica do país e tenta dividi-lo com a oponente conservadora Patricia Bullrich, da corrente política macrista, portanto aliada a Mauricio Macri, o presidente que firmou o acordo com o Fundo Monetário Internacional apontado como um dos principais responsáveis pela situação do país. Ela defende diminuir o tamanho do Estado e liberar o mercado de câmbio, que o governo atual tem tentado controlar.

A incerteza provocada pela situação econômica, aliada à expectativa de que uma eventual vitória de Milei possa derrubar de vez o peso, faz a população correr atrás de dólares com mais ânsia. Nos últimos dias, essa corrida cambial elevou a cotação do dólar paralelo (mercado ilegal) de uma média que girava em torno de 700 pesos, para um pico de mais de mil pesos. Com isso, o paralelo, chamado de dólar “blue”, atingiu quase o triplo do valor do dólar oficial, mantido pelo governo em 350 pesos, o que gera uma pressão ainda maior para que a gestão de Alberto Fernandez eleve a cotação oficial — só os chamados atores econômicos podem ter acesso ao dólar oficial, por causa da escassez de moeda estadunidense no mercado argentino.

Na última semana foi divulgada a inflação de setembro, que ficou em 12,7%, superando a de agosto e resultando num acumulado de 103,2% desde janeiro. Ou seja, do início do ano até agora, os preços, em média, dobraram. Roupas (15,7%), cultura e recreação (15,1%) e alimentos e bebidas não alcoólicas (14,3%) subiram acima da média. Esta última categoria,

com aumento de cerca de 150% desde janeiro, é a que mais afeta o bolso das famílias de baixa renda, que gastam grande parte de seu dinheiro em comida. A inflação oficial, que acumula 138,3% em 12 meses, está num patamar recorde das últimas três décadas, o que remete os argentinos aos tempos de inflação descontrolada do início dos anos 1990.

Em 1991, o governo neoliberal do presidente Carlos Menem (1989-1999) implantou a convertibilidade, pela qual cada peso valia um dólar, naquela que foi a penúltima grande mudança de modelo macroeconômico do país. Foi uma forma eficaz de estabilização da economia. Mas, dez anos depois, o nível de pobreza era tão grande que resultou nos protestos massivos que forçaram a queda do governo de Fernando de la Rúa (1999-2001). Na esteira dessa crise, veio o modelo kirchnerista, que hoje está em crise.

“Estamos diante da possibilidade de uma nova quebra de sistema macroeconômico, num esquema parecido ao dos anos 1990, só que mais radical”, analisa o jornalista Mario Santucho, editor da revista Crisis, ao Brasil de Fato. “Boa parte da população sente que este regime atual não dá mais e é preciso mudar. Milei se apoia nisso, é um economista ultraliberal. Por isso é bastante preocupante essa crise, que chega justo no momento em que precisamos votar”.

Além de criticar e inclusive xingar a moeda argentina, Milei tem sugerido abertamente que os argentinos adotem o dólar. Seus adversários rebatem, dizendo que são declarações irresponsáveis. O governo o denuncia judicialmente por "intimidação pública", alegando que suas palavras causaram uma queda adicional no valor do peso. Mas Milei não se intimida e rebate dizendo que o governo não pode se isentar de culpa pelo que chama de “modelo econômico empobrecedor”. Critica também economistas que falam para as pessoas usarem pesos, mas só acumulam em dólares, segundo ele.

O que Milei está fazendo, nesse contexto de catástrofe cambial e inflacionária, é mera estratégia eleitoreira ou está de acordo com seu programa de governo? Santucho acha que a situação atual convém ao candidato nos dois sentidos: para deteriorar o governo, e portanto seu adversário Sergio Massa, e porque seu plano de dolarização precisa que o peso se deteriore cada vez mais.

Massa tem buscado deter a corrida cambial com novas restrições de compra de dólar nos mercados autorizados e com operações policiais em locais de câmbio ilegal. Em um comício na última quinta-feira, Massa afirmou que prefere perder a eleição, "mas mandar os que brincam com as economias dos argentinos para a prisão". "Ontem, já tivemos seis detidos. Preparem-se para ver a miséria daqueles que especulam", afirmou o candidato, segundo o jornal El País.

Dois cambistas foram detidos com cerca de 100 mil dólares em dinheiro na Calle Florida, a principal área comercial do centro de Buenos Aires. No bairro de Belgrano, outro homem foi detido com 400 mil dólares amarrados nas pernas e no abdômen. Nos últimos dias, com forte presença policial, os cambistas, conhecidos como "arbolitos", desapareceram da Calle Florida.

No caso de Massa, o que ele está fazendo para combater a corrida cambial seria obrigação de uma gestão pública responsável ou, acima de tudo, estratégia eleitoral? “O governo usa medidas desesperadas para mostrar que existe uma autoridade que não vai deixar a situação sair do controle. Mas, em nível estrutural, não são medidas fortes, são mais performativas, imediatistas, apenas para chegar até a eleição sem que a coisa desande completamente. É um governo débil, sem dólares para lidar com a corrida cambial”, opina Santucho.

Segundo as pesquisas eleitorais, o cenário de três terços revelado pelas eleições primárias se mantém, com os três principais candidatos recebendo cerca de um terço dos votos e, portanto, com chances de disputar o segundo turno — com ligeira vantagem para Milei, seguido por Massa e depois por Bullrich. No entanto, Santucho acha que Milei pode ter crescido um pouco além do que as pesquisas estão captando, algo que já aconteceu nas primárias, quando ele foi além dos 20% previstos e recebeu cerca de 30%. “É possível que Milei esteja sendo subestimado de novo.”

Se algum candidato receber 45% dos votos válidos, ou 40% com pelo menos 10 pontos percentuais de vantagem sobre o segundo colocado, será eleito no primeiro turno, no próximo domingo. Caso contrário, competirá contra o segundo mais votado no segundo turno, em 19 de novembro.

DATA DA NOTÍCIA: 18/10/2023

Título: CPMI: governistas aprovam com vantagem relatório final que indicia Bolsonaro, Cid, Torres e mais 58 pessoas

Fonte pesquisada: <https://www.cnnbrasil.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/relatorio-final-da-cpmi-do-8-de-janeiro-e-aprovado/>

Por 20 votos a 11, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de janeiro aprovou o relatório final sobre os trabalhos do colegiado. Com maioria na CPMI desde o início, a vitória do governo já era esperada pelos membros, que especulavam ter ao menos 18 votos favoráveis ao texto. Na terça-feira (17), a relatora Eliziane Gama (PSD-MA) apresentou o parecer no qual pediu o indiciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por quatro crimes, entre eles, o de golpe de Estado.

Ao todo, a senadora pediu o indiciamento de 61 pessoas. Entre eles: o ex-presidente Jair Bolsonaro; o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, Mauro Cid; o candidato a vice-presidente na chapa de Bolsonaro e ex-ministro da Casa Civil e da Defesa, Braga Netto; o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional de Bolsonaro, general Augusto Heleno; o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública de Bolsonaro, Anderson Torres e a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP).

A relatora afirma que os ex-ministros aderiram “subjetivamente às condutas criminosas de Jair Messias Bolsonaro e demais indivíduos em seu entorno, colaborando decisivamente para o desfecho dos atos do dia 8 de janeiro de 2023”.

Os ex-comandante da Marinha, Almir Garnier Santos, e o ex-comandante do Exército, Marco Antônio Freire Gomes, também estão na lista dos indiciados.

O relatório afirma que o grupo cometeu “prática dolosa” em quatro crimes: associação criminosa; violência política; abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado.

Ao fazer as considerações finais antes da votação do relatório, Eliziane anunciou algumas alterações no texto. O influenciador Bernardo Küster e o assessor jurídico da presidência da República e procurador federal Renato Lima de França foram retirados do relatório. Os dois estavam na lista de pedidos de aprofundamento de investigação.

O deputado federal Rogério Correia (PT-MG) elogiou os trabalhos da comissão durante os últimos cinco meses e pontuou que o relatório apresenta argumentos sólidos que endossam as investigações que estão em curso.

“O texto identifica, pela primeira vez, o núcleo duro organizador da tentativa de golpe. O relatório está sendo atacado pois coloca o dedo na ferida. O principal erro político do bolsonarismo foi pedir e assinar uma CPMI, um verdadeiro tiro no pé. Não se deve fazer uma CPMI para investigar a si próprio”, afirmou Correia.

Por outro lado, o senador Esperidião Amin (PP-SC) afirmou que o relatório de Eliziane é falho e falta com a verdade. “Eu vou votar contra o relatório, apesar de todas as deferências à equipe que ajudou a senadora Eliziane a redigi-lo, porque ele falta com a verdade. O G. Dias foi anistiado, o ministro Flávio Dino também não cumpriu com seu dever. Bastam esses dois exemplos para desqualificar o relatório, pela sua absoluta tendência que ignora a verdade”, defendeu Amin.

Os relatórios paralelos elaborados pela oposição, que argumentam omissão do governo e pedem indiciamentos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do ministro da Justiça, Flávio Dino, e do ex-ministro do GSI general Gonçalves Dias, não chegaram a ser votados. Isso porque esses votos em separado só seriam apreciados no caso de reprovação do relatório final elaborado por Eliziane.

A CNN apurou que a oposição chegou a ensaiar um boicote à votação, para demonstrar politicamente a discordância com o parecer.

A deputada Carla Zambelli (PL-SP), que não é membro da comissão, esteve presente na sessão de votação e se posicionou sobre o pedido de indiciamento feito pela relatora contra ela. Zambelli é acusada no relatório de associação criminosa, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado.

“Eu me coloquei à disposição para depoimento, acareação, como convidada ou convocada. Em nenhum momento tive o direito de me defender. Ou seja, estou sendo indiciada sem nenhum direito à defesa. Houve uma série de injustiças cometidas aqui, sem apresentação de nenhuma prova contra mim”, afirmou Zambelli.

Depois da aprovação, o relatório da CPMI será encaminhado à Procuradoria-Geral da República (PGR), ao STF e à Polícia Federal que decidirão como o material ajudará, ou não, na investigação dos atos criminosos do 8 de janeiro.

DATA DA NOTÍCIA: 18/10/2023

Título: CPMI do 8 de janeiro pede indiciamento de Jair Bolsonaro

Fonte pesquisada: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Link da notícia:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-10/cpmi-do-8-de-janeiro-pede-indiciamento-de-jair-bolsonaro>

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investigou os atos antidemocráticos de 8 de janeiro aprovou nesta quarta-feira (18) o pedido de indiciamento do ex-presidente

Jair Bolsonaro e de mais 60 pessoas, dos quais cinco ex-ministros e oito generais das Forças Armadas, todos acusados de tentativa de golpe de Estado durante a invasão das sedes dos Três Poderes.

Com 20 votos a favor e 11 contrários, o colegiado aprovou o relatório da senadora Eliziane Gama (PSD-MA). Houve uma abstenção.

Entre os listados estão o ex-presidente Jair Bolsonaro; os generais Walter Braga Netto, Augusto Heleno, Luiz Eduardo Ramos, Paulo Sérgio Nogueira, Marco Antonio Freire Gomes, Ridauto Lúcio Fernandes, Carlos Feitosa Rodrigues e Carlos José Penteadó; o ex-comandante da Marinha, almirante Almir Garnier Santos; o tenente-coronel Mauro Cid; o ex-ministro da Justiça Anderson Torres; e o ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal Silvinei Vasques.

O relatório pede que o ex-presidente Jair Bolsonaro seja indiciado pelos crimes de associação criminosa; tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; tentativa de depor governo legitimamente constituído; e emprego de medidas para impedir o livre exercício de direitos políticos. De acordo com a relatora, Bolsonaro foi o autor intelectual dos atos antidemocráticos.

Eliziane Gama incluiu, também, o nome de diversos outros militares, policiais rodoviários federais e integrantes da Polícia Militar do Distrito Federal, além de diversos suspeitos de terem financiado ou influenciado a tentativa de golpe de Estado, durante os atos do 8 de janeiro.

“A democracia foi atacada. Massas foram manipuladas com discursos de ódio. Milicianos digitais foram empregados para disseminar o medo, desqualificar adversários e promover ataques ao sistema eleitoral. Forças de segurança foram cooptadas. Tentou-se corromper, obstruir e anular as eleições. E usam a liberdade de expressão para afogar a expressão”, afirmou a senadora, durante a leitura do documento.

O relatório é encaminhado aos órgãos responsáveis pela apuração das responsabilidades, como o Ministério Público Federal.

Em sete horas de discussão, parlamentares manifestaram-se a favor e contra os pedidos de indiciamento. Para os governistas, o relatório traz explicações que antecederam os atos de 8 de janeiro e evidências de que houve uma tentativa de instrumentalizar o Estado, cooptar militares para a derrubada da democracia. A oposição, contrária ao relatório, argumentou que o documento era parcial, tendencioso por não incluir na lista de indiciados integrantes do governo federal, como o ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Gonçalves Dias, que chegou a depor na CPI.

Antes de anunciar o resultado, o presidente da CPMI, Arthur Maia (União-BA), fez um balanço dos trabalhos da comissão, que a questão foi tratada com justiça e de forma imparcial e finalizou destacando que a CPMI não teve o objetivo de desacreditar as Forças Armadas. “Todos os deputados e senadores que participaram dessa comissão querem o melhor para esse país e são radicalmente contra o que aconteceu em 8 de janeiro deste ano”, disse. “Estamos encerrando sobretudo com esse sentimento: de valorização da nossa democracia e de reconhecimento do papel do Parlamento para trazer essa verdade”.

DATA DA NOTÍCIA: 20/10/2023

Título: Javier Milei, candidato da extrema direita que promete dolarizar a economia e acabar com 'casta' de políticos na Argentina

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/10/20/javier-milei-candidato-da-extrema-direita-que-promete-dolarizar-a-economia-e-acabar-com-casta-de-politicos-na-argentina>

O candidato da extrema direita Javier Milei, da coligação A Liberdade Avança, é a grande novidade da campanha para a presidência da Argentina. Com discurso ultraliberal e anti-establishment, ele conseguiu alterar a configuração de forças no tabuleiro político do país. Se até então as disputas eleitorais se restringiam a kirchneristas e macristas, que concentravam mais de 90% dos votos, agora o que se vê é uma batalha de terços, na qual três forças políticas têm chance de ganhar no próximo domingo (22), cada uma com cerca de um terço do eleitorado, segundo o resultado das primárias e também dos principais institutos de pesquisa. As outras duas são peronismo e macrismo.

Num país abalado por uma profunda crise socioeconômica, Milei ganhou destaque com frases de efeito e ideias pouco convencionais, sendo a dolarização da economia a que ganhou mais destaque na campanha — nesse âmbito, ele chegou a comparar o peso a um “excremento” e estimulou as pessoas a trocarem pesos por dólares, o que pode ter sido um dos fatores responsáveis pela corrida cambial que fez o dólar disparar como nunca e superar a marca de mil pesos no câmbio paralelo, no final da semana passada. Milei também propõe fechar o Banco Central e privatizar empresas estatais.

Outras propostas polêmicas que surgiram durante a campanha foram a liberação da venda de armas de fogo e até de órgãos humanos. Nessa toada, Milei ganhou musculatura política e chegou às eleições primárias, em agosto passado, com 20% das intenções de voto, segundo apontavam as pesquisas, contra 30% dos adversários Sergio Massa (peronista) e Patricia Bullrich (macrista). Para surpresa geral, foi ele quem recebeu 30% e ficou em primeiro lugar, um pouco à frente dos dois principais concorrentes.

Milei venceu em 16 das 24 províncias do país. Desde então, tem se mantido na liderança da maioria das pesquisas, com uma pequena vantagem sobre Massa e Bullrich. Houve também pesquisas que indicaram alguma vantagem de Massa sobre Milei. Contudo, o erro das previsões nas primárias abre margem para se imaginar que outras surpresas podem acontecer. “É possível que Milei esteja sendo subestimado de novo”, afirma Mario Santucho, jornalista e editor da revista Crisis, ao Brasil de Fato. Se receber 45% dos votos, ou 40% com vantagem de 10 pontos sobre o segundo colocado, Milei decide a disputa no primeiro turno.

Economista de formação e deputado desde 2021, Milei cresceu por meio das redes sociais, fora do radar da mídia e da rede territorial dos partidos tradicionais. “Nunca tivemos um cartaz do Milei aqui. Não o vimos chegar, ele entrou pela janela”, disse um líder da Villa 21-24, o maior bairro popular da Argentina, ao El País. Ele obteve grande apoio dos setores mais vulneráveis, tradicionalmente afins ao peronismo, mas também de eleitores de classe média e alta.

Com frequência, ele promete cortar o gasto público com uma motosserra, outra de suas frases de efeito, neste caso acompanhando de uma imagem de efeito, pois ele carrega uma motosserra a tiracolo em eventos de campanha — guardadas as devidas proporções, faz lembrar o ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) fazendo o gesto da arma em punho,

que se tornou marca de sua campanha pela presidência do Brasil, na qual também teve um crescimento surpreendente, alavancado acima de tudo pela atuação em mídias sociais.

Assim como Bolsonaro, Milei também costuma criticar duramente o sistema político, que ele chama depreciativamente de "a casta". Ele se diz antiestablishment, porque é ultracapitalista e acredita que o capitalismo está corrompido por um establishment corrupto. Ele também questiona os empresários, que chama de "empresáurios" (mistura de empresário com dinossauro), em referência àqueles que vivem da ganância, da renda, sem produzir de fato", conta Santucho.

Embora critique o establishment político, o candidato terá que dialogar e buscar acordos com seus integrantes para poder governar, caso seja eleito. "Qualquer que seja sua votação, ele não terá um terço de base parlamentar em nenhuma das Casas (Câmara e Senado), então sua estabilidade no cargo dependerá das alianças que fizer com a casta", afirma o cientista político argentino Andrés Malamud ao Brasil de Fato. "E já está fazendo, com sindicalistas, empresários e ex-funcionários menemistas [ligados ao ex-presidente Carlos Menem (1989-1999)]. Mas não é suficiente. Ele precisa de mais peronistas ou macristas". Malamud explica que ter uma base de apoio de pelo menos um terço do Legislativo funciona como um escudo que serve para proteger de, por exemplo, uma tentativa de impeachment.

As polêmicas da candidatura de Milei não se restringem a ele e resvalam também em democracia e direitos humanos, temas particularmente sensíveis no país que teve a ditadura mais letal da América do Sul — estima-se em 30 mil o número de mortos durante a última fase da ditadura, de 1976 a 1983.

Durante a campanha, a candidata a vice na chapa de Milei, a advogada e parlamentar distrital Victoria Villarruel, falou sobre a ditadura militar argentina de uma forma que contraria o longo processo de acerto de contas com esse período autoritário e violador de direitos humanos. Ela afirmou que, se chegar ao governo, irá impulsionar um processo de libertação dos repressores do regime que foram condenados pela Justiça, e que ela considera como "presos políticos".

"O problema em si é a democracia. No sentido de que as regras da maioria não necessariamente levam a algo bom", afirmou o candidato numa entrevista concedida em 2019. "Por exemplo, se um candidato propuser matar todos os que se opõem a ele e obtiver 70% dos votos, isso lhe dá o direito de matar os outros 30%?. O que estou dizendo é que não idealizemos a democracia. A democracia, em si mesma, levada ao seu máximo, resulta em populismo. Portanto, basicamente, devemos trabalhar para construir outra estrutura de funcionamento".

Durante a adolescência, Javier Milei foi goleiro de futebol e teve uma banda de rock que tocava músicas dos Rolling Stones. Formou-se em Economia pela Universidade de Belgrano, na Argentina, e fez dois mestrados na área. Atuou em consultorias, bancos e grupos de políticas econômicas. Defende um modelo de capitalismo sem regulação do Estado.

Milei, que completa 53 anos no dia da eleição, teve problemas com a imprensa e recebeu críticas por fazer comentários misóginos. Certa vez, ao comentar sobre as diferenças salariais entre homens e mulheres, disse que se as mulheres ganhassem mesmo menos, as empresas estariam cheias delas em seus quadros.

Sua campanha é coordenada por uma mulher, sua irmã Karina Milei, única integrante de seu núcleo familiar com a qual ele tem contato, já que com os pais Milei não fala, pois os

considera pessoas “tóxicas”. Em entrevistas, ele relatou ter sofrido muitas surras e atribui a isso o fato de não ter “medo de nada”.

DATA DA NOTÍCIA: 20/10/2023

Título: Lula veta trecho sobre marco temporal, mas sanciona regras para demarcações de terras indígenas

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com/>

Link da notícia:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/10/20/lula-veta-trecho-sobre-marco-temporal-mas-sanciona-novas-regras-para-demarcacoes-indigenas.ghtml>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vetou nesta sexta-feira (20) trecho de um projeto de lei que estabelecia a data da promulgação da Constituição, em outubro de 1988, como marco temporal para a demarcação de terras indígenas.

Lula, no entanto, sancionou outros pontos da proposta, aprovada pelo Congresso Nacional em setembro, que definem regras das demarcações. Entre os trechos que Lula sancionou, estão: a previsão de que o processo de demarcação será público e com atos "amplamente divulgados" e divulgados para consulta online; a previsão de que qualquer cidadão pode ter acesso às informações relativas a demarcações de terras indígenas, inclusive estudos, laudos, conclusões e argumentações; o que diz que informações orais citadas no processo de demarcação terão efeito de prova quando apresentadas em audiências públicas ou registradas em áudio e vídeo, com a devida transcrição; o que estabelece direito das partes interessadas no processo de receber tradução oral ou escrito da língua indígena para o português e vice e versa, por tradutor nomeado pela Funai.

Já entre os trechos vetados estão os que previam a possibilidade de cultivo de produtos transgênicos e de atividade garimpeira em terras indígenas. Também foi vetado, segundo o governo, um ponto que possibilitaria a construção de rodovias em áreas indígenas.

Os vetos terão de ser analisados pelo Congresso Nacional. Em nota divulgada na noite desta sexta-feira, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que defende o marco temporal, afirmou que articulará a derrubada dos vetos.

"A Frente Parlamentar da Agropecuária, bancada temática e suprapartidária, constituída por 303 deputados federais e 50 senadores em exercício, informa que os vetos realizados pela Presidência da República à Lei do Marco Temporal serão objeto de derrubada em Sessão do Congresso Nacional", diz o comunicado.

"A decisão dos dois plenários [Câmara e Senado] é soberana e deve ser respeitada pelos demais Poderes da República, em reconhecimento às atribuições definidas na Constituição Federal", completa a FPA.

Segundo o Executivo, Lula também vetou trecho que previa que o governo pagaria uma indenização para ocupantes de terras que venham a ser demarcadas como áreas indígenas.

O artigo 11, vetado por Lula, dizia: "Verificada a existência de justo título de propriedade ou de posse em área considerada necessária à reprodução sociocultural da comunidade indígena, a desocupação da área será indenizável, em razão do erro do Estado".

O pagamento da indenização era uma das principais reivindicações da bancada ruralista. Também foi vetado o trecho que previa indenização pelas benfeitorias feitas nas áreas em disputa.

Lula tomou a decisão de vetar trechos da proposta após se reunir, na residência oficial do Palácio da Alvorada, com os ministros Padilha, Jorge Messias (Advocacia-Geral da União) e Sônia Guajajara (Povos Indígenas). O prazo para sancionar a proposta terminava nesta sexta.

Segundo o colunista do g1, Valdo Cruz, o veto parcial foi uma forma encontrada pelo presidente Lula para evitar um conflito maior com a bancada ruralista do Congresso.

Uma ala do governo, inclusive, discute a aprovação de um projeto regulamentando a necessidade da União indenizar produtores rurais que perderem suas terras em demarcações de reservas indígenas.

O Ministério Público Federal (MPF) defendia o veto integral ao projeto. A nota, elaborada pela Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais (6CCR) do MPF, defende que a aplicação da tese do marco temporal não pode ser feita por meio de lei ordinária.

A 6CCR também alegava que a aplicação da tese restringe garantidos aos indígenas em cláusulas pétreas da Constituição e, por isso, não poderiam ser alterados nem mesmo por uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

A tese do marco temporal das demarcações de terras indígenas foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) também em setembro. A tese consiste em definir que só pode haver demarcação de áreas que os povos indígenas ocupavam até o dia da promulgação da Constituição: 5 de outubro de 1988.

O julgamento avaliou o caso concreto da Terra Indígena Ibirama La-Klãnõ, em Santa Catarina — habitada pelos Xokleng e por outros dois povos, os Kaingang e os Guarani.

Com base no marco temporal, aplicado a partir do governo Michel Temer, em 2017, as demarcações na região foram paralisadas, o que foi contestado pelos indígenas.

Por 9 votos a 2, os ministros do STF concluíram que o marco temporal não condiz com a Constituição e que esse entendimento deve valer para todos os casos sobre demarcações.

Câmara e Senado terão, na próxima terça-feira (24), sessão conjunta para a análise de vetos. O governo, mais uma vez, buscará acordo com a oposição para votar os vetos que trancam a pauta do Congresso em troca da análise de projetos que liberam créditos extraordinários ao Orçamento da União.

Entre os vetos que podem ser votados estão os feitos pelo presidente Lula no novo arcabouço fiscal. O presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse não acreditar que os trechos vetados por Lula no projeto do marco temporal sejam analisados ainda este mês pelos parlamentares.

Na avaliação de Pacheco, os vetos de Lula ao marco temporal poderão ser discutidos em uma “sessão futura do Congresso Nacional”.

O parlamentar disse, ainda, ter recebido sinalizações de lideranças do Senado de que poderão ser mantidos vetos de dispositivos que, para ele, “nem diziam muito respeito a marco temporal”.

Apesar do veto de Lula ao trecho que define a data da promulgação da Constituição como marco temporal para a demarcação de terras indígenas, Rodrigo Pacheco avaliou que há uma “tendência” do Congresso em derrubar a decisão.

“O cerne da questão, que é o marco temporal em si, é um tema um pouco mais polêmico, porque é uma tendência do Congresso Nacional em acreditar que ele deve ser incluído no ordenamento jurídico e, aí, o veto será apreciado em sessão oportuna do Congresso Nacional”, afirmou.

Na quinta-feira (19), ainda sem ter conhecimento dos vetos, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), declarou que a análise de trechos vetados da proposta do marco temporal poderia ser negociada com as lideranças da oposição.

DATA DA NOTÍCIA: 22/10/2023

Título: Eleições na Argentina: peronista Sergio Massa chega em primeiro e disputa segundo turno contra a extrema direita de Milei

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

[https://www.brasildefato.com.br/2023/10/22/eleicoes-na-argentina-peronista-sergio-massa-
hega-em-primeiro-e-disputa-segundo-turno-contra-a-extrema-direita-de-milei](https://www.brasildefato.com.br/2023/10/22/eleicoes-na-argentina-peronista-sergio-massa- chega-em-primeiro-e-disputa-segundo-turno-contra-a-extrema-direita-de-milei)

O candidato Sergio Massa, da coalizão União pela Pátria, chegou em primeiro lugar no primeiro turno das eleições presidenciais argentinas. Com 94,18% das urnas apuradas, o candidato peronista tem 36,43% dos votos.

Ele disputará o segundo turno contra o candidato da extrema-direita Javier Milei, da coligação A Liberdade Avança, com 30,12% dos votos. A candidata macrista Patrícia Bulrich, da coligação Juntos pela Mudança, chegou em terceiro, com 23,85%.

Os eleitores argentinos voltam às urnas em novembro para decidir se querem ter um segundo mandato peronista consecutivo ou se vão partir para uma diretriz ultraliberal e anti-establishment de extrema direita.

Massa é o atual ministro da Economia, cargo que ocupa há pouco mais de um ano. De perfil conciliador, assumiu quando o presidente Alberto Fernández decidiu unificar as pastas de Economia, Desenvolvimento Produtivo e Agricultura, Pecuária e Pesca para centralizar as ações diante do agravamento da crise econômica. Na prática, Massa tornou-se uma espécie de superministro ou o presidente de fato, responsável por "segurar as pontas" do governo e liderar a renegociação da dívida bilionária com o FMI (Fundo Monetário Internacional).

Milei ganhou destaque com frases de efeito e ideias pouco convencionais, sendo a dolarização da economia a que ganhou mais destaque na campanha. Nesse âmbito, ele chegou a comparar o peso a um "excremento" e estimulou as pessoas a trocarem pesos por dólares – o que pode ter sido um dos fatores responsáveis pela corrida cambial que fez o dólar disparar como nunca e superar a marca de mil pesos no câmbio paralelo, no final da semana passada. Milei também propõe fechar o Banco Central e privatizar empresas estatais.

O dia de votação foi marcado pela tranquilidade e por baixo comparecimento de eleitores. Segundo cálculos da Comissão Nacional Eleitoral, 74% de eleitores votaram, a participação mais baixa para uma eleição geral em primeiro turno desde 1983. No entanto, o número foi mais alto do que nas primárias de agosto, quando o índice ficou em 70%.

A Argentina tem 35,8 milhões de eleitores. 449 mil deles estão no exterior. Os que estão fora do país registraram um recorde nas eleições de 2023, em um nível de participação superior ao de 2019. Houve registro de filas e reclamações por atraso.

Apenas dois países, Ucrânia e Israel, não abriram as urnas para votação. Os dois países estão em guerra.

Ao longo do dia, a Comissão Nacional Eleitoral reagiu às acusações da campanha de Javier Milei de que havia fraude no sistema eleitoral. A campanha do ultra conservador criou um site para operar um sistema paralelo de denúncias anônimas sobre fraudes.

Em resposta, a Comissão abriu uma investigação preliminar para investigar as declarações do candidato e afirmou que não aceitaria mais denúncias anônimas sobre contravenções ou irregularidades.

O eleitor foi às urnas em meio a instabilidade na economia, com o peso em desvalorização. Alguns resolveram se fantasiar para participar do processo. Houve registro de pessoas vestidas com motosserra, símbolo da campanha de Milei, ou fantasias aleatórias.

DATA DA NOTÍCIA: 23/10/2023

Título: Peronismo terá maior bancada legislativa, mas ultraliberais ganham espaço e deixam Congresso mais fragmentado

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/10/23/peronismo-tera-maior-bancada-legislativa-mas-libertarios-ganham-espaco-e-deixam-congresso-mais-fragmentado>

A disputa pela presidência da Argentina será decidida no segundo turno, dia 19 de novembro. Mas uma coisa já é certa: quem vencer terá de negociar no Congresso para aprovar seus projetos.

Neste domingo (23), juntamente com o primeiro turno presidencial e para alguns governos provinciais, foi realizada a eleição de deputados e senadores. O resumo do resultado é que nenhum presidente terá maioria legislativa. O peronismo (do candidato Sergio Massa) será a minoria mais numerosa nas duas Casas, portanto a força política com mais peso relativo. Mas os ultraliberais (do adversário Javier Milei) ganharam espaço e deixaram o cenário parlamentar mais fragmentado.

Na Câmara, que renovou metade de sua composição, o União pela Pátria (coalizão peronista com a qual Massa obteve o primeiro lugar), terá 107 cadeiras, ante 94 do Juntos pela Mudança (aliança de direita de Patricia Bullrich, que ficou fora do segundo turno) e 38 do A Liberdade Avança, de Milei.

Os peronistas atualmente contam com 118, portanto perderam espaço. Mesmo assim, mantiveram a maior bancada, o que deve dar a Massa, se eleito presidente, força para

negociar e fazer acordos com os blocos provinciais, a esquerda e a direita. O Juntos pela Mudança, que tinha 116 cadeiras e praticamente dividia a Câmara com o União pela Pátria, foi quem perdeu mais, pois agora terá 94. E o partido de Milei, que não existia há dois anos e atualmente conta com apenas três deputados (o próprio Milei e mais dois), passa a ser a terceira maior força, com 38 deputados.

As coalizões dos outros dois candidatos à presidência, os esquerdistas Myriam Bregman e Juan Schiaretti, manterão as quatro cadeiras que já possuíam cada uma.

No Senado, os peronistas, que haviam perdido a primeira minoria após a ruptura da coalizão governista no início do ano, recuperaram a posição: de 31 senadores, agora serão 35, ou seja, ficaram a apenas duas cadeiras de ter maioria — são 72 cadeiras ao todo. O Juntos pela Mudança caiu de 33 para 24, sendo a bancada que mais sofreu com o resultado da eleição, num reflexo da derrota sofrida por Patricia Bullrich, tendo perdido em províncias historicamente favoráveis, como Jujuy. E a extrema direita terá seu primeiro bloco, formado por oito senadores.

O sucesso de Javier Milei em muitas províncias historicamente peronistas, como San Juan e San Luís, e em redutos da direita como Jujuy, rompeu com uma antiga polarização e deu lugar a uma terceira força que precisará ser levada em conta para a formação de alianças e a conquista da maioria.

DATA DA NOTÍCIA: 23/10/2023

Título: Direita venezuelana elege candidata ultraliberal para concorrer à eleição presidencial de 2024

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/10/23/direita-venezuelana-elege-candidata-ultraliberal-para-concorrer-a-eleicao-presidencial-de-2024>

Os partidos de direita da Venezuela elegeram, em eleições primárias realizadas neste domingo (22), a candidata ultraliberal Maria Corina Machado para concorrer às eleições presidenciais que devem ocorrer no segundo semestre de 2024. O objetivo da consulta eleitoral foi de definir um candidato unificado entre diversos partidos de oposição ao governo de esquerda de Nicolás Maduro.

No entanto, apesar de sair vencedora da consulta, Machado está longe de ser uma unanimidade entre a oposição, e a unidade propagada por alguns setores da direita deve estar ameaçada. O candidato do partido Ação Democrática, Carlos Prospero, recusou-se a reconhecer os resultados e denunciou falhas no processo de votação.

Confusões envolvendo locais de votação e ausência de material com cédulas e urnas foram reportados antes e durante o processo. A ausência de estruturas adequadas resultou da recusa por parte da oposição em aceitar o apoio técnico do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), órgão responsável por realizar todas as eleições no país.

Além disso, não foi informado se o processo contou com a presença de observadores independentes, nacionais ou internacionais, tanto no momento de votação quanto durante a apuração. O Brasil de Fato visitou três centros de votação em diferentes regiões da capital Caracas e em nenhum deles foi possível constatar a presença de observadores.

Os primeiros resultados parciais só foram divulgados quase dez horas depois do fechamento das urnas. A comissão que organiza as primárias só foi capaz de apurar 26% das urnas, cifra que deu à Maria Corina 93% dos votos. Até as 16h desta segunda-feira (23), 24 horas depois do fechamento das urnas, a quantidade de urnas apuradas continuava a mesma.

Filha de um dos maiores empresários do ramo metalúrgico da Venezuela, Machado entrou para a política como diretora de uma ONG que apoiou o golpe de 2002 contra o ex-presidente Hugo Chávez e organizou referendos revogatórios contra o ex-mandatário. Foi deputada eleita em 2011, mas cassada em 2014 após aceitar um cargo do governo do Panamá na Organização dos Estados Americanos (OEA) para denunciar os supostos crimes do atual presidente venezuelano Nicolás Maduro.

Conservadora e ultraliberal, Machado quer chegar à Presidência da Venezuela com um programa massivo de privatizações, incluindo a estatal petroleira PDVSA. No campo ideológico, a opositora se diz abertamente anti-comunista e promete "varrer o socialismo" do país.

Após os resultados, a maioria dos outros nove candidatos que disputavam as primárias reconheceu o triunfo de Machado. A opositora, por sua vez, agradeceu o apoio e disse que a votação é "o começo do final, vamos até o final".

"O lema dela é 'até o fim', 'hasta el final' e não sabemos exatamente o que isso significa, se ela quer voltar ao esquema dos protestos violentos ou não", afirma Ricardo Vaz. Analista político e editor do portal especializado em política venezuelana Venezuelanalysis, ele afirma que a votação deste domingo (22) foi feita sob medida para tentar legitimar Machado, mas que, na prática, não deve mudar a conjuntura.

"Eu não vejo nenhum argumento que force a suspensão da proibição que Maria Corina tem de ser candidata, pois é uma proibição bastante razoável se levarmos em conta toda a trajetória dela. De alguma forma, as primárias reforçam sua posição dentro do campo opositor, mas não cria necessariamente uma saída ou um caminho viável para que ela possa concorrer nas eleições presidenciais de 2024", diz.

Machado está inabilitada desde 2015 de ocupar cargos públicos e, portanto, não poderia se candidatar à Presidência em 2024. Ela foi sancionada pela Controladoria-Geral da República por ocultar rendimentos de sua declaração de patrimônio no período em que foi deputada, acusações que ela nega.

"Neste momento, Maria Corina se sente com esse posto imaginário da figura que representa a luta contra o governo. Agora, o que isso significa na prática é que é a dúvida. E vai depender muito dos outros setores da oposição que, vale a pena lembrar, não morrem de amores por ela", afirma.

Vaz ainda alerta para a incerteza frente à reação dos Estados Unidos, que apoiam as primárias, mas ainda não felicitaram a vitória de Machado. Recentemente, Washington flexibilizou algumas sanções contra a Venezuela após um acordo entre governo e oposição.

"O objetivo dela é ser presidente da Venezuela e, agora, ela vai tentar ter mais legitimidade frente a outros setores da oposição. Há rumores de que ela pode exigir a liderança das negociações com o governo. Acho pouco provável, mas é o tipo de extremismo que Maria Corina sempre propôs", diz.

DATA DA NOTÍCIA: 25/10/2023

Título: Eleições na Argentina: candidata derrotada no primeiro turno declara apoio ao ultraliberal Javier Milei

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/10/25/eleicoes-na-argentina-candidata-derrotada-no-primeiro-turno-declara-apoio-ao-ultraliberal-javier-milei>

Mesmo com as advertências dos partidos União Cívica Radical (UCR) e Coalizão Cívica de que poderiam romper com a coalizão Juntos pela Mudança em caso de apoio ao candidato Javier Milei (A Liberdade Avança), a candidata derrotada Patricia Bullrich declarou que estará ao lado dele no segundo turno da eleição presidencial contra Sergio Massa.

“Ontem à noite, tive uma reunião com Javier Milei, conversamos sobre suas declarações e nos perdoamos. O país precisa que a gente saiba se perdoar porque está em jogo algo muito importante para o futuro”, afirmou Bullrich nesta quarta-feira (25).

No primeiro turno, no último domingo, o peronista Massa (União pela Pátria) e o ultraliberal Milei obtiveram as duas melhores votações e passaram para o segundo turno, com quase sete pontos de vantagem para Massa (36,6% ante 30%). Bullrich, em terceiro lugar, ficou fora da disputa com sua candidatura conservadora de direita.

A campanha, até aquele momento, foi recheada de ofensas pessoais. Numa das mais notórias, Milei chamou Bullrich de “assassina” e a acusou de jogar bomba de jardim de infância por causa do seu passado como “montonera”, ou seja, como integrante da luta armada contra a ditadura militar nos anos 1970.

Bullrich esclareceu que seu apoio a Milei é de caráter “pessoal” e compartilhado com seu ex-companheiro de chapa Luis Petri, que estava ao lado dela no pronunciamento. Portanto, os partidários das legendas que integram a coalizão Juntos pela Mudança estão formalmente liberados para votarem em quem quiserem.

Bullrich reconheceu ter divergências com Milei e disse que não as esconde. “Mas a maioria dos argentinos optou por uma mudança e temos a obrigação de não ser neutros”, declarou. Segundo ela, é hora de “unir forças para um objetivo maior”. Bullrich negou que haja qualquer tipo de pacto ou acordo para uma possível gestão de Milei.

A senha para este apoio foi dada por Milei ainda no domingo, após a divulgação da surpreendente vitória de Massa. “Estou aqui para dar fim ao processo de ataques e fazer uma trégua para pôr fim ao kirchnerismo”, discursou o candidato de extrema direita. “Além de nossas diferenças, temos que entender que temos diante de nós uma organização criminosa. O kirchnerismo é o pior que aconteceu à Argentina”.

Nesta quarta, Milei repostou um desenho que mostra um abraço entre um leão, símbolo de sua candidatura, e um pato, símbolo da candidatura de Bullrich, enrolado na bandeira nacional.

A decisão de Bullrich recebeu tanto críticas quanto elogios. Uma das reprovações mais contundentes foi do presidente da Juventude Radical da Cidade de Buenos Aires, Agustín Dante Rombolá. “Repudio energicamente Patricia Bullrich e sua decisão unilateral de apoiar o autoritarismo. Também exijo que a diretiva nacional da UCR expulse imediatamente Luis Petri de nosso partido”.

Para a candidatura de Sergio Massa, a boa notícia desta quarta foi a divulgação da primeira pesquisa do segundo turno, que lhe dá uma vantagem confortável sobre Milei: 44% das intenções de voto contra 34%. Se forem considerados apenas os votos úteis, já que 7% disseram que não irão votar e 6%, que votarão em branco (6 por cento), Massa teria mais de 50%, o suficiente para ser eleito.

Os dados são do instituto Proyección, que entrevistou 1.459 pessoas por telefone. A pesquisa buscou entender quem herdará os votos dos candidatos perdedores e o resultado foi o seguinte: dos eleitores de Bullrich, 15% declaram voto em Massa, 24% em Milei e 61% ou não sabe, ou vota em branco ou não vai votar; dos eleitores do peronista Juan Schiaretti, 42% preferem Massa e 10%, Milei — metade ou não sabe ou, acima de tudo, não pretende votar; e dos eleitores da esquerdista Miriam Bregman, 60% votarão em Massa.

Bregman foi a menos votada no primeiro turno, com 2,7% (710 mil votos). Schiaretti teve 6,8% (1,8 milhão) e Bullrich, 23,8% (6,2 milhão).

DATA DA NOTÍCIA: 25/10/2023

Título: Câmara aprova projeto de lei de taxação para super-ricos

Fonte pesquisada: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Link da notícia:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-10/camara-aprova-projeto-de-lei-de-taxacao-para-super-ricos>

Por 323 votos a favor, 119 contra e uma abstenção, a Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (25) o projeto de lei de taxação dos super-ricos. A proposta antecipa a cobrança de Imposto de Renda de fundos exclusivos e passa a taxar aplicações em offshores, empresas no exterior que abrigam investimentos.

Após a votação do texto principal, todos os destaques foram rejeitados. Agora, segue para o Senado.

Inicialmente prevista para terça-feira (24), a votação do projeto, que trancava a pauta da Câmara desde o dia 14, foi adiada para esta quarta. A aprovação ocorreu no dia em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a nomeação de Carlos Antônio Vieira Fernandes para a presidência da Caixa Econômica Federal. Ele entra no lugar de Rita Serrano, que deixou o cargo.

O projeto foi aprovado com várias mudanças. O relator, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), concordou em elevar, de 6% para 8%, a alíquota para quem antecipar, tanto nos fundos exclusivos como nas offshores, a atualização de valor dos rendimentos acumulados até agora. Originalmente, o governo tinha proposto 10%.

Em relação às offshores, o relator fixou uma alíquota linear de 15% sobre os rendimentos. O governo originalmente tinha proposto alíquotas de 0% a 22,5% conforme os rendimentos anuais. O relator alegou que a diferença de alíquotas entre os fundos exclusivos de longo prazo (15%) e os 22,5% para as offshores geraria o efeito contrário do que o governo pretendia e provocaria fuga de capitais do Brasil, com super-ricos mudando de domicílio fiscal.

As mudanças farão o governo arrecadar menos que o previsto. Pela proposta original, o governo tinha a pretensão de reforçar o caixa em R\$ 20 bilhões em 2024 e em até R\$ 54 bilhões até 2026. A equipe econômica ainda não divulgou uma estimativa de receitas com as novas votações.

O governo precisa reforçar o caixa em R\$ 168 bilhões para cumprir a meta de zerar o déficit primário em 2024, conforme estipulado pelo novo arcabouço fiscal, aprovado no fim de agosto pelo Congresso. A tributação dos super-ricos representa uma das medidas mais importantes para obter receitas.

O relator da proposta, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), fechou um acordo com a bancada ruralista sobre o aumento no número de cotistas nos Fiagros, fundos de investimento em cadeias agroindustriais. O número mínimo de cotistas para que os Fiagros e os fundos de investimentos imobiliários, regidos pela mesma legislação, obtenham isenção de Imposto de Renda, saltou de 50 para 100.

O governo tinha proposto mínimo de 500 cotistas e, na semana passada, fez uma contraproposta de 300 cotistas. O relator também criou uma trava para limitar as cotas entre parentes a 30% do patrimônio líquido do fundo, incluindo parentes de segundo grau.

Pedro Paulo também acatou uma sugestão para que empresas que operem no país com ativos virtuais, independentemente do domicílio, passem a ser obrigadas a fornecer informações periódicas de suas atividades e de seus clientes à Receita Federal e ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão que combate a lavagem de dinheiro.

Instrumentos personalizados de investimentos, com um único cotista, os fundos exclusivos exigem pelo menos R\$ 10 milhões de entrada e taxa de manutenção de R\$ 150 mil por ano. Atualmente, apenas 2,5 mil brasileiros aplicam nesses fundos, que acumulam patrimônio de R\$ 756,8 bilhões e respondem por 12,3% da indústria de fundos no país.

Atualmente, os fundos exclusivos pagam Imposto de Renda (IR), mas apenas no momento do resgate e com tabela regressiva, quanto mais tempo de aplicação, menor o imposto. O governo quer igualar os fundos exclusivos aos demais fundos de investimento, com cobrança semestral de IR conhecida como come-cotas. Além disso, quem antecipar o pagamento do imposto pagará alíquotas mais baixas.

Em relação à taxação das offshores, o governo quer instituir a tributação de trusts, instrumentos pelos quais os investidores entregam os bens para terceiros administrarem. Atualmente, os recursos no exterior são tributados apenas e se o capital retorna ao Brasil. O governo estima em pouco mais de R\$ 1 trilhão (pouco mais de US\$ 200 bilhões) o valor aplicado por pessoas físicas no exterior.

Fundos exclusivos

- Instrumento: originalmente era medida provisória, mas texto foi incorporado a projeto de lei;
- Como é: tributação apenas no momento do resgate do investimento;
- Tributação: alíquota de 15% (fundos de longo prazo) ou de 20% (fundos de curto prazo, de até um ano) de Imposto de Renda sobre os rendimentos uma vez a cada semestre por meio do mecanismo chamado “come-cotas” a partir do ano que vem. Fundos com maiores prazos de aplicação têm alíquotas mais baixas por causa da tabela regressiva de Imposto de Renda;

- Atualização antecipada: quem optar por começar a pagar o come-cotas em 2023 pagará 8% sobre o estoque dos rendimentos (tudo o que rendeu até 2023). O governo propôs dois modelos de pagamento

- 8% para quem parcelar em quatro vezes, com a primeira prestação a partir de dezembro. Na medida provisória, o governo tinha proposto alíquota de 10% nessa situação;

- 15% para quem parcelar em 24 vezes (dois anos), com primeira prestação a partir de maio de 2024.

Sobre as *offshores* e *trusts*, o projeto diz:

- Instrumento: projeto de lei;

- Como é: recursos investidos em offshores, empresas no exterior que abrigam fundos de investimentos, só pagam 15% de Imposto de Renda sobre ganho de capital se voltarem ao Brasil;

- Tributação: 15% de cobrança anual de rendimentos a partir de 2024, mesmo se o dinheiro ficar no exterior. Governo tinha proposto alíquotas progressivas de 0% a 22,5%, conforme os rendimentos anuais

- Apuração: lucros das offshores serão apurados até 31 de dezembro de cada ano

- Forma de cobrança: tributação dos trusts, relação jurídica em que dono do patrimônio transfere bens para terceiros administrarem.

- Como funcionam os trusts: atualmente, legislação brasileira não trata dessa modalidade de investimento, usada para reduzir o pagamento de tributos por meio de elisão fiscal (brechas na legislação) e facilitar distribuição de heranças em vida;

- Atualização antecipada: quem optar por atualizar o valor do estoque dos rendimentos (tudo o que rendeu até 2023) pagará menos. Nesse caso, a adesão é voluntária. O governo propôs dois modelos de pagamento

- 8% para quem parcelar em quatro vezes, com a primeira prestação a partir de dezembro. Na medida provisória, o governo tinha proposto alíquota de 10% nessa situação;

- 15% para quem parcelar em 24 vezes (dois anos), com primeira prestação a partir de maio de 2024.

- Variação cambial: lucro com alta do dólar não será tributado em duas situações

- variação cambial de depósitos em conta corrente ou em cartão de crédito ou débito no exterior, desde que os depósitos não sejam remunerados;

- variação cambial de moeda estrangeira para vendas de moeda de até US\$ 5 mil por ano.

E sobre Fiagros e Fundos de investimentos imobiliários:

- Definição: Fiagros são fundos de investimento em cadeias agroindustriais, fundos de investimentos imobiliários são fundos que aplicam em imóveis

- Como é: fundos com pelo menos 50 cotistas e com cotas negociadas na bolsa de valores ou em mercados de balcão de derivativos têm isenção de Imposto de Renda

- O que muda: para obter isenção de IR, número mínimo de cotistas sobe para 100, com limite de cotas entre familiares a 30% do patrimônio líquido total, incluindo parentes até o segundo grau. Receita Federal tinha proposto 500 cotistas, depois reduziu proposta para 300

- Impacto: segundo relator, de 70 fundos do tipo, apenas quatro perderiam a isenção do IR.

DATA DA NOTÍCIA: 26/10/2023

Título: MP da Venezuela anuncia investigação contra comitê organizador das primárias opositoras

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/83563/mp-da-venezuela-anuncia-investigacao-contracomite-organizador-das-primarias-opositoras>

O Ministério Público da Venezuela anunciou nesta quarta-feira (25/10) a abertura de uma investigação contra o grupo que organizou as eleições primárias da oposição realizada no último domingo (22/10).

Segundo o procurador-geral da República, Tarek William Saab, os alvos são o presidente da chamada “Comissão Nacional de Primárias”, Jesús Maria Casal, e a vice-presidente, Mildred Camero.

Eles serão investigados pelos supostos crimes de “usurpação de funções eleitorais, usurpação de identidade, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha”, segundo informou Saab.

“O artigo 293 da Constituição estabelece que o Conselho Nacional Eleitoral é o órgão encarregado de organizar eleições de sindicatos, grêmios profissionais e organizações com fins políticos. Como se tratavam de primárias de organizações com fins políticos, estamos na presença de um caso de usurpação de funções eleitorais”, disse o procurador.

Saab ainda lembrou que o CNE “apresentou em setembro uma proposta de assistência técnica às primárias, com a implementação do sistema de voto eletrônico ao invés do voto manual, mas essa proposta foi rechaçada pela Comissão Nacional de Primárias”.

Sobre o suposto crime de “usurpação de identidade”, o procurador afirmou que é possível presumir “que para justificar a fraude dos resultados, os organizadores do evento utilizaram sem consentimento a identidade de várias pessoas que não participaram”. Já sobre as acusações de lavagem de dinheiro, ele afirmou que as origens dos recursos utilizados na preparação do pleito “ainda são desconhecidas”.

Durante o anúncio, Saab fez referência e utilizou os números apresentados nesta terça-feira (24/10) pelo presidente do Legislativo venezuelano, o chavista Jorge Rodríguez. Segundo o deputado, o governo realizou cálculos próprios pois contava “com uma pessoa em cada centro de votação”.

De acordo com Rodríguez, a participação na consulta teria sido de 598.350 eleitores, número que contrasta com o fornecido pela comissão opositora que organizou as primárias, que afirma que mais de 2 milhões de pessoas votaram no pleito. De acordo com dados do CNE, atualmente há 21 milhões de eleitores registrados e todos estavam aptos a votar na consulta.

“O que ocorreu no domingo não foi uma eleição, foi uma farsa. Uma eleição tem elementos que devem ser respeitados para que a votação possa ser auditável, justa e livre. Isso que ocorreu no domingo não pode ser auditado”, disse o deputado.

Até o fechamento desta matéria, a Comissão de Primárias ainda não havia se manifestado sobre as acusações feitas tanto pelo governo venezuelano quanto pelo Ministério Público. Desde a tarde desta terça-feira, o grupo tem divulgado comunicados assinados pelos partidos que participaram da consulta em apoio ao comitê organizador.

DATA DA NOTÍCIA: 27/10/2023

Título: Aprovação de taxaçoão a super-ricos é vitória do governo, que corre para aprovar pacote econômico

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/10/27/aprovacao-de-taxacao-a-super-ricos-e-vitoria-do-governo-que-corre-para-aprovar-pacote-economico>

Em semana intensa no Congresso Nacional, o governo deu alguns passos em seu objetivo de zerar o déficit das contas públicas em 2024. Na noite de quarta-feira (25), a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que prevê a taxaçoão dos fundos de alta renda enviados ao exterior, tanto os exclusivos quanto os offshores. A tributação ataca a evasão de recursos para bancos localizados em paraísos fiscais e para fundos especiais de investimentos dos super-ricos.

Após vários adiamentos e alguns ajustes no texto, a maioria dos votos foi alcançada com apoio do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), poucas horas depois de emplacar mais um aliado no alto escalão do governo Lula. Carlos Antônio Vieira Fernandes ficou com a presidência da Caixa Econômica Federal no lugar de Rita Serrano, que foi demitida.

Sem alterações acatadas no texto-base, o projeto teve 323 votos favoráveis e apenas 119 contra, além de uma abstenção, incluindo votos de opositores. Apenas o PL, por exemplo, somou 12 votos favoráveis. Mesmo assim, os deputados debateram a proposta no plenário entre visões econômicas bastante opostas.

Defensor da preservação dos patrimônios de famílias que possuem investimentos no exterior, o deputado federal Gilson Marques (NOVO-SC) alegou que a medida desestimularia o investimento empresarial e poderia gerar evasão de divisas. Argumento refutado por parlamentares da base governista, que apontaram que a incidência recairá sobre fundos cujo aporte mínimo é de R\$ 10 milhões e que seriam um passo importante rumo à justiça tributária no país.

"Nos EUA, quem abre um paraíso fiscal offshore fora de lá tem que pagar 40%, na Alemanha 26,37%, na França 30%. Aqui não, o que é um escândalo. Eu estou falando de gente que recebe por mês algo em torno de R\$ 308 mil e o 0,01 é quem recebe R\$ 20 milhões por ano. Sabe quanto pagam de imposto de renda esses do 1%? Apenas 5,43%", contra-atacou Lindbergh Farias (PT-RJ).

O total do patrimônio líquido que circula fora do país, somente de fundos exclusivos que pertencem a cerca de 2500 proprietários, é da ordem de R\$ 1 trilhão, de acordo com o relator do projeto, o deputado Pedro Paulo (PSB-RJ). "Essa não é uma mudança trivial. A

arrecadação para o ano que vem é da ordem de R\$ 20 bilhões, R\$ 13 bilhões da arrecadação dos fundos exclusivos fechados e R\$ 7 bilhões, podendo ser um pouco a mais, dos fundos offshore", declarou em plenário.

Ao contrário do que argumenta Gilson Marques e outros colegas, a participação nos fundos especiais requer uma série de exigências que afastam os pequenos empreendedores e investidores sem experiência, mantendo apenas os grandes. Já as offshores são instituições financeiras sediadas fora do Brasil, muitas vezes em chamados paraísos fiscais, onde são destinados recursos com objetivo de sonegar impostos ou para encontrar tributações mais favoráveis às suas operações.

É nesse segundo aspecto que se apega o advogado e economista Alessandro Azzoni, conselheiro da Associação Comercial de São Paulo. "Hoje, há offshores que você usa paraísos fiscais para obter vantagens fiscais e comerciais. Por exemplo, tem uma ilha na Irlanda que tem quase todas as empresas marítimas da Europa sediadas lá, porque ela tem a bandeira do comum europeu. Ao invés de pagarem 20 mil dólares de imposto, as empresas pagam 2 mil dólares. Então, é uma vantagem fiscal, mas não para lavar dinheiro, não é uma sacanagem", acredita.

Nesta quinta-feira (26), o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), disse que a expectativa é aprovar o projeto nas próximas duas semanas. "Nós trabalharemos para que não [haja mudança], porque eventual modificação resultaria em retorno à Câmara dos Deputados e não teria tempo hábil para isso. Caducaria a medida provisória", afirmou Randolfe, que considera o projeto um dos "pilares" da arrecadação do governo.

Mais cedo, no mesmo dia 25, o texto da reforma tributária foi apresentado pelo relator da proposta no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), que assinou o protocolo do documento junto à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) eletronicamente diante de jornalistas. As medidas, que ainda devem passar por algumas mudanças dos senadores, representam outro carro-chefe para os planos do ministro da Economia Fernando Haddad, e devem ser votadas em plenário até 7 de novembro.

Braga promoveu diversas alterações no projeto de emenda constitucional aprovado na Câmara em julho deste ano, inclusive com a criação de um teto de cobrança. O objetivo é conferir previsibilidade nas taxas futuras, usando o histórico recente como referência, conforme explica o próprio senador:

"Nós criamos um teto de referência de 2012 a 2021, aí vai implantar por exemplo o CBS [Contribuição sobre Bens e Serviços, um dos dois novos tributos]. Nos 4 primeiros anos de CBS vem implantando, no quinto ele é auferido a carga [arrecadada] e compara com a referência [da média dos últimos 10 anos]. Se ela tiver extrapolado, ela ajusta para baixo. Da mesma forma no IBS [Imposto sobre Bens e Serviços, outra novidade]".

Com a unificação dos tributos atuais em dois impostos sobre o valor agregado, os IVAs, o governo quer acabar com a tributação em cascata e criar mecanismos para desonerar produtos que gerem menos impacto à saúde e ao meio ambiente. Também se configuram como esforços para reduzir a carga tributária para o conjunto da população - indicadores do Banco Mundial e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostram que 90% dos brasileiros terão uma parcela menor dos seus ganhos taxados por esses tributos.

Uma das iniciativas para reduzir a progressividade dos impostos atuais é a desoneração de produtos da cesta básica nacional, que deverá considerar a diversidade regional e cultural de alimentação no país. A ideia é garantir alimentação saudável e adequada, considerando

a diversidade do que se consome em cada região e barrando o lobby de produtores de outros tipos de alimentos que também tentam se enquadrar na alíquota zero.

Além de sugerir dispositivos de restituição de impostos, os "cashbacks" na cobrança de energia elétrica para famílias de baixa renda, o governo quer acabar com a guerra fiscal entre os estados. Por isso, prevê a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), cujos aportes da União ainda estão sendo negociados com prefeitos e governadores.

"O FDR sofrerá um aumento de R\$ 20 bilhões. Sairá de R\$ 40 bilhões [conforme previa o texto enviado pelo governo] para R\$ 60 bilhões. Ele crescerá a razão de R\$ 2 bilhões a partir de 2034 até 2044, sendo corrigido pelo indicador do IPCA [Índice de Preços ao Consumidor]", explica Braga, que apontou que, em alguns anos, alguns estados poderão faturar até o dobro do que recebem atualmente via ICMS, que será extinto.

Um conjunto de inovações que correrá ao lado de várias leis complementares ainda pendentes de serem sugeridas e aprovadas após o destaque. "Lembrando que a reforma tributária vai ter ainda muito chão, muita pauta para respaldar, para regulamentar todos os tributos. Nós temos [atualmente] no código tributário nacional 66 leis complementares", pontua Azzoni, que enxerga um cenário mais otimista para o governo. "Ele quebrou aquela base direita ou esquerda. Alguns partidos de centro-direita já compõem o governo, recebem emendas e votam com o governo. Dizem que é pró-Brasil mas votam com o governo."

Uma derrota para o governo foi consolidada também no dia 25 com a aprovação no Senado da renovação da desoneração da folha de pagamento para 17 setores até o fim de 2027. Se sancionada por Lula, a contribuição previdenciária sobre os salários dos empregados de empresas de categorias como serviços de call center e TI, transportes rodoviários e de carga e de alguns setores da indústria serão substituídos por uma alíquota sobre a receita bruta do empreendimento, que varia de 1% a 4,5% de acordo com o serviço prestado. Os demais segmentos seguirão auferidos em até 20%.

A base governista ainda conseguiu barrar tentativas de colocar outras modalidades de transportes e de reduzir a contribuição previdenciária para todos os municípios, não somente os de menor arrecadação. Assim, tirou da pauta uma proposta que poderia reduzir a cobrança de impostos de metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro.

A aprovação da matéria contou com votos de senadores da base governista, que se baseiam em dados que mostram impactos positivos para os setores beneficiados. O Movimento Desonera Brasil, que reúne representantes desses setores, afirma que 1,62 milhão de empregos formais foram gerados após a iniciativa criada em 2011.

Nilza Pereira de Almeida, coordenadora geral da Intersindical critica o timing da proposta, a qual encara como uma forma de pressão política sobre a equipe econômica do governo. "É muito injusto o Senado discutir a desoneração agora se tem um projeto que está discutindo a unificação dos impostos, que vai trazer redução para algumas empresas. É uma precipitação absolutamente política a votação dessa medida agora", afirma.

A sindicalista também aponta que os setores beneficiados não são os campeões de geração de empregos, fazendo menção a estudo do Ipea publicado no início de setembro. Segundo o instituto, sete setores concentram mais da metade do total de ocupados no país, puxado pelo comércio (15,9 milhões), exceto de veículos automotores e motocicletas; agricultura, pecuária, caça e serviços relacionados (7,9 milhões); educação (6,6 milhões); serviços domésticos (5,8 milhões); administração pública, defesa e seguridade social (5,1 milhões); atividades de atenção à saúde humana (5,1 milhões); e alimentação (4,9 milhões).

“Não acho que seja positivo renovar para setores que não são geradores de empregos, é só para manter um nível de empresas funcionando. A questão deveria ser a reindustrialização do país, que vem se desindustrializando e perdendo postos de trabalho. A discussão deveria ser como nós vamos tratar os trabalhadores que são substituídos pelas novas tecnologias, como vão ser tratados os trabalhadores que estão sendo mediados por aplicativos”, afirma.

Já para Azzoni, a medida é positiva, mas passível de ser ajustada para atender ao seu maior objetivo que é a ampliação de postos de trabalho. “Como a empresa pode contratar e ainda ter que pagar tributo a folha de pagamento que ela vai gerar de emprego? Isso é absurdo, só no Brasil mesmo temos uma situação dessas. (...) Desonerar folha de pagamento eu acho justo porque você gera empregos, agora os outros setores precisam ser revistos. Se está tendo benefício, se esse benefício fiscal está realmente trazendo o resultado esperado para a economia e geração de emprego”, considera.

Outro projeto considerado fundamental para cumprir o esforço fiscal, também elencado no novo arcabouço fiscal e no projeto de lei orçamentário, é o que regulamenta as apostas esportivas, como as chamadas bets. O texto do Executivo já passou pela Câmara no final de setembro e aguarda análise da Comissão de Assuntos Econômicos no Senado.

“Acho que essa questão das casas de apostas e bets vai avançar, uma porque os lucros dessas operações acabam ficando nos países onde elas estão sediadas, então a operação gira no Brasil, mas a tributação se dá toda fora. (...). E nós sabemos que jogo de apostas tem que ter recolhimento de tributos, gira muito, são milhões e milhões de reais ou até de dólares, isso representa uma arrecadação muito importante para o governo”, exalta o advogado.

Ao longo das últimas semanas, Haddad tem dado declarações em defesa desta e de outras medidas importantes ao governo que dependem da aprovação da Câmara ainda este ano, considerando um calendário apertado em novembro. Já está atrasada a votação da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) de 2024, que deveria ter ocorrido no primeiro semestre, e ainda há o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2024, que ainda aguarda despacho da Mesa do Congresso Nacional.

Mesmo assim, o ministro mantém o otimismo e espera trazer boas notícias para o mercado brasileiro, principalmente com a aprovação da reforma. “Se o sistema tributário ajudar, aquilo que hoje pode parecer inconveniente vai acabar sendo muito convidativo para os investidores estrangeiros. Nós temos a possibilidade, inclusive de exportar mais, exportar produtos industrializados, se nós adotarmos um sistema tributário que não penalize o investimento e as exportações, como o nosso faz hoje”, afirmou em coletiva de imprensa no dia 20.

DATA DA NOTÍCIA: 28/10/2023

Título: Mauricio Macri anuncia apoio à candidatura de Milei na Argentina

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/83605/mauricio-macri-anuncia-apoio-a-candidatura-de-milei-na-argentina>

O ex-presidente da Argentina Mauricio Macri (2015-2019), uma das principais figuras da direita em seu país, anunciou nesta sexta-feira (27/10) o apoio à candidatura do ultraliberal Javier Milei, do partido A Liberdade Avança, no segundo turno das eleições presidenciais.

Líder e fundador do partido Proposta Republicana (PRO) e da coalizão de centro-direita Juntos Pela Mudança, ele defendeu, no primeiro turno, a candidata Patricia Bullrich, que foi ministra de Segurança Pública durante seu governo e é também a atual presidente do PRO.

Em mensagem difundida em suas redes sociais, Macri adicionou um apelo para que todos os setores da direita na Argentina se unam para “evitar que o kirchnerismo continue presente e se perpetue no Estado”.

“Ou somos mudança ou não somos nada”, enfatizou o ex-mandatário.

Em seguida, Macri vaticinou que uma possível vitória de Sergio Massa, candidato da frente de centro-esquerda União Pela Pátria significaria “oito anos mais de peronismo no poder”.

Esta segunda declaração dá a entender que, para ele, uma possível vitória em 2023 da coalizão que reúne os diferentes setores do peronismo (de esquerda e de direita) significará uma muito provável vitória também em uma disputa pela reeleição dentro de quatro anos, em 2027, quando ocorrerá o próximo pleito presidencial na Argentina

Na quinta-feira (26/10), o candidato governista Sergio Massa, vencedor do primeiro turno das eleições, realizado no último domingo (22/10), se reuniu com os governadores de 19 das 24 províncias argentinas, que manifestaram apoio à sua candidatura.

O grupo de governadores foi liderado pelo kirchnerista Axel Kicillof, recentemente reeleito como governador da Província de Buenos Aires, maior colégio eleitoral do país – vale destacar que a “Província representa a região ao redor da Cidade Autônoma de Buenos Aires, que tem status de Distrito Federal e cujo governo local é liderado pela direita.

Apesar da pose com Kicillof, Massa anunciou que sua campanha no segundo turno terá início com uma viagem pelo interior do país.

“Nossa responsabilidade é construir um governo de unidade nacional convocando não apenas dos diferentes setores políticos, mas também uma representação mais federal, para que tenhamos um governo atento aos problemas existentes em cada localidade no nosso país”, afirmou o candidato, que também é o atual ministro da Economia, cargo que deverá manter até o final do governo de Alberto Fernández, independente do resultado das eleições.

O segundo turno das eleições na Argentina acontecerá no dia 19 de novembro. No primeiro turno, no último domingo (22/10), Massa foi o mais votado, com 36,6% das preferências, enquanto Milei ficou em segundo, com 29,9%.

DATA DA NOTÍCIA: 31/10/2023

Título: Argentina: nova pesquisa mostra Sérgio Massa 11 pontos à frente de Javier Milei

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/10/31/argentina-nova-pesquisa-mostra-sergio-massa-11-pontos-a-frente-de-javier-milei>

O jornal *Clarín* divulgou, nesta terça-feira (31), uma nova pesquisa de intenção de voto para a presidência da Argentina. O levantamento mostra uma vantagem importante do peronista Sérgio Massa, que aparece com 44,6%, em relação ao seu adversário, o ultradireitista Javier Milei, que está com 33,2% no segundo turno das eleições, no próximo dia 19.

Responsável pelo levantamento, o Proyección foi responsável pelas pesquisas mais próximas do cenário confirmado nas urnas, no dia 22 de outubro. O instituto publicou uma pesquisa às vésperas das eleições colocando Massa à frente de Milei, quando o cenário desenhado por outros institutos era vitória do ultradireitista ainda no primeiro turno.

A pesquisa indica, também, que há 8,3% de indecisos, 5,9% afirmam que votarão em branco ou nulo, e 7% que disseram que não votarão. O Proyección escutou 1.459 argentinos, em todo o território nacional, em entrevistas online, entre os dias 24 e 25 de outubro. A margem de erro é 2,6% para baixo ou para cima.

Esse é o terceiro levantamento publicado desde o fim do primeiro turno. O instituto Analogías divulgou um cenário similar ao Proyección, com Massa à frente, com 42%, seguido por Milei, que soma 34%.

O CB Consultora Opinión Pública, diverge das duas primeiras e, em seu levantamento, aponta uma vantagem tímida para Milei, que venceria o pleito, com 50,7%, à frente de Massa, que teria 49,3%. O segundo turno da eleição argentina está marcado para o dia 19 de novembro.

DATA DA NOTÍCIA: 31/10/2023

Título: TSE condena Bolsonaro por uso eleitoral do 7/9 e também torna Braga Netto inelegível

Fonte pesquisada: <https://www.folha.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/10/tse-forma-maioria-para-condenar-bolsonaro-por-uso-eleitoral-do-7-de-setembro.shtml>

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) condenou nesta terça-feira (31), por 5 votos a 2, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em um novo processo —desta vez, devido ao uso eleitoral do 7 de Setembro de 2022.

Além de declarar pela segunda vez Bolsonaro inelegível por oito anos, a corte também decidiu pela inelegibilidade de Walter Braga Netto (PL), general da reserva e ex-ministro que foi candidato a vice na chapa derrotada do ex-presidente à reeleição e que era cotado para disputar as eleições para a Prefeitura do Rio em 2024.

Dos 7 ministros, 5 consideraram que Bolsonaro cometeu abuso de poder e promoveu campanha usando dinheiro público nas comemorações do Dia da Independência: Benedito Gonçalves, Floriano de Azevedo Marques, André Ramos Tavares, Cármen Lúcia e Alexandre de Moraes.

Também foram 5 votos contra Braga Netto —inicialmente, o relator Benedito Gonçalves havia sido a favor de livrar o então vice da inabilitação para disputar eleições, mas ele mudou seu voto no final da noite desta terça.

Já os ministros Kassio Nunes Marques e Raul Araújo votaram pela rejeição das ações tanto contra Bolsonaro como contra o então candidato a vice.

O ex-presidente já havia sido declarado inelegível por oito anos pelo TSE no final de junho, também por 5 votos a 2, no julgamento de uma ação que tratava de reunião com embaixadores na qual ele fez ataques e divulgou mentiras sobre o sistema eleitoral. Na ocasião, Braga Netto foi absolvido.

O novo processo não tem efeito prático em ampliar a duração da inelegibilidade de Bolsonaro, já que as penas não se somam em condenações eleitorais por campanhas do mesmo ano. No entanto, além de multa e do desgaste político, pode gerar elementos que engrossem outras ações contra ele.

A multa proposta pelo corregedor do TSE, Benedito Gonçalves, foi de R\$ 425 mil a Bolsonaro e de mais R\$ 212 mil a Braga Netto (PL). Os valores foram acatados pela maioria do tribunal.

Alexandre de Moraes deu um voto duro contra Bolsonaro e Braga Netto. Ele classificou os atos do 7 de Setembro do ano passado como de caráter eleitoral e eleitoreiro e criticou fortemente o fato de o Exército ter cancelado o tradicional desfile militar no centro do Rio para engrossar o ato bolsonarista em Copacabana.

Ele disse que o tribunal não poderia fazer "a política do avestruz" e ignorar os atos ilícitos praticados nas comemorações da data. Além disso, afirmou que Bolsonaro instrumentalizou as Forças Armadas para mudar os desfiles e transformá-los num "showmício".

"Não houve o desfile tradicional do Rio de Janeiro porque o que se adequava mais à política eleitoral, à campanha do candidato à reeleição, era um desfile em Copacabana para encerrar no forte o seu grande showmício. A prefeitura municipal bem colocou que era um absurdo, seja do ponto de vista histórico tradicional essa alteração, seja do ponto de vista logístico. O prefeito Eduardo Paes assim se manifestou", disse o presidente do TSE.

"As condutas são flagrantes, o que se fez no dia foi um gran finale de algo que já estava sendo engendrado desde a convenção do Partido Liberal até o dia anterior [ao 7 de Setembro]. Houve uma verdadeira fusão entre o ato oficial e o ato eleitoral. O abuso é claro", acrescentou.

Moraes também afirmou que "houve lamentável e triste instrumentalização das Forças Armadas" para uma candidatura a presidente e vice. "Isso por si só já configuraria conduta vedada e abuso do poder político e econômico", disse.

No 7 de Setembro do ano passado, Bolsonaro pediu votos, reforçou discurso conservador, fez ameaças golpistas diante de milhares de apoiadores e deu destaque à então primeira-dama Michelle Bolsonaro, com declarações de tom machista.

A contagem do prazo de oito anos da inelegibilidade tem início em 2022 e, pela atual legislação, Bolsonaro e Braga Netto estariam aptos a se candidatar novamente em 2030. Bolsonaro terá 75 anos, ficando afastado portanto de três eleições até lá (sendo uma delas a nacional de 2026).

Moraes também afirmou que Braga Netto participou de todos os eventos e que ele teria confessado o caráter eleitoral do ato, em entrevista dada no dia seguinte, quando disse que os atos "demonstraram a força que Bolsonaro tem em ganhar nas urnas".

"Ele falou também sobre as pesquisas eleitorais que estavam erradas e não citou nada em relação ao Bicentenário [da Independência]. Ou seja, campanha e mais campanha", disse Moraes.

Kássio Nunes Marques divergiu da maioria dos ministros e descartou a inelegibilidade de ambos. Ele apenas votou pela aplicação de R\$ 20 mil a Bolsonaro pelos dois eventos realizados no dia —um em Brasília e outro no Rio— e não aplicou nenhuma pena a Braga Netto. "Não há provas nos autos que, no momento cívico, tenha sido feita campanha eleitoral" disse. Ele acrescentou que "os dois eventos sob análise não tiveram potencial de violar de maneira grave os bens jurídicos".

Em seu voto, o relator Benedito lembrou que a comemoração cívica vinha sido tratada como evento eleitoral pelo ex-presidente, com instigações "a um combate decisivo contra pessoas imaginárias" —quando Bolsonaro disse, por exemplo, para seus apoiadores irem "às ruas pela última vez".

"O que se viu nas manifestações feitas nas convenções partidárias em julho do ano passado e na propaganda eleitoral de 6 de setembro do ano passado foi a inequívoca difusão de mensagens associando a comemoração do bicentenário [da Independência] e todo o seu simbolismo à campanha do investigado [Bolsonaro]", disse Benedito.

"A prova dos autos demonstra que essa mobilização não envolveu exclusivamente ato de campanha, houve nítida referência aos atos oficiais com destaque para a participação das Forças Armadas."

O relator afirmou ainda que houve "apropriação simbólica" da data cívica e dos símbolos da República para transformá-los em ato eleitoral, com uso de recursos federais.

O julgamento, que começou no dia 24, analisou ações apresentadas pelo PDT e pela senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), que questionaram a participação de Bolsonaro nas comemorações do Bicentenário da Independência em Brasília e no Rio de Janeiro.

O advogado de Bolsonaro, Tarcísio Vieira, se queixou da celeridade das ações e disse que pedidos para ouvir três testemunhas foram negados, e que isso é prejudicial ao processo. "Celeridade é importante, mas a certeza jurídica é ainda mais."

Depois da proclamação do resultado nesta terça, Tarcísio declarou que vai esperar a publicação do acórdão para avaliar quais pontos podem ser questionados em eventuais recursos.

Em julgamento anterior, o advogado já havia dito que as ações que analisam condutas adotadas pelo seu cliente tiveram "rito anômalo" no TSE.

Tarcísio, ao se manifestar, questionou o motivo de o julgamento não tramitar em conjunto com uma ação apresentada pela coligação de Lula (PT), que também tratava de temas como o uso de tratores no evento.

A defesa de Bolsonaro afirmou que as comemorações do ato cívico ocorreram de forma aberta e institucional, com a presença de autoridades e convidados no palco oficial.

Antes de Tarcísio, se manifestaram o advogado do PDT, Walber Agra, e de Thronicke, Marilda Silveira. Agra disse que as condutas de Bolsonaro nesta ação "são bem mais graves" do que as analisadas anteriormente.

"Nós temos aqui um caráter sistêmico de infrações", disse Agra, afirmando que o objetivo era "matar a democracia" por meio da tentativa de burlar o processo eleitoral e deslegitimar o TSE.

Já Marilda disse que, no evento, "o que se viu foi um uso, com todo respeito, descarado da posição de chefe de Estado", no maior e mais importante evento cívico daquele ano e com "o objetivo claro de impulsionar a campanha".

O vice-procurador-geral eleitoral, Paulo Gonet, reiterou no julgamento manifestação na qual defendeu a declaração de inelegibilidade de Bolsonaro nas ações sobre o 7 de Setembro.

Ele disse que o quadro "expunha à população a imagem de afinidade que a ordem jurídica quer evitar entre o agente político em campanha para a reeleição e as Forças Armadas".

